

Revista Formadores

Vivências e Estudos

Caderno de Educação e Cultura

Volume 12

Número 1

Abril 2019

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

EDITORIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

Tânia Moura Benevides

ARTIGOS

OLHARES DOCENTES SOBRE O MÉTODO DE CASOS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Clarissa Almeida de Santana, Miriam Nohemy Medina Velasco e Regina Celi Machado Pires

ENDOMARKETING E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CRISTÃ NO SUL DE MINAS GERAIS

Kamilla Penido de Mello Souza

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Catuscha Demétrio da Silva Pitombo, Raquel Pereira da Silva Santos, Sabrina Azevedo Silva Ribeiro e Charlene Carneiro Quinto dos Santos (Orientadora)

A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Edson Gomes Loxe, Fabio Vinicius de Macedo Bergamo, Jackeline Mennon Fernandes e Walter Rubini Bonelli da Silva

RELATO DE EXPERIÊNCIA

APRENDIZAGEM ATIVA E COLABORATIVA: UM RELATO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA GLOSSÁRIO DO MOODLE NO ENSINO SUPERIOR

Leandro Oliveira de Menezes

RESENHA

A TRANSFERÊNCIA: UMA VIAGEM RUMO AO CONTINENTE NEGRO

Cintya de abreu Vieira



Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Volume 12

Número 1

Abril 2019

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Fabiano Leichsenring Silva

Universidade do Estado da Bahia

Prof. Msc. Jezreel Santos de Melo

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Dr. Luiz Francisco Rocha e Silva

Faculdade Adventista da Bahia

AVALIADORES

Prof. Msc. Ivo Pedro Gonzalez Júnior

Faculdade Adventista da Bahia

Profa. Msc. Ronicleia Ferreira Feitoza do Bomfim

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Salvador

Profa. Msc. Taianan Alves Uzeda Luna

Faculdade Adventista da Bahia

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade do Estado da Bahia

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Tânia Moura Benevides

DIAGRAMAÇÃO

Elomar Xavier

Website

<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores>

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Volume 12

Número 1

Abril 2019

SUMÁRIO

EDITORIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

Tânia Moura Benevides

4

ARTIGOS

OLHARES DOCENTES SOBRE O MÉTODO DE CASOS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Clarissa Almeida de Santana, Miriam Nohemy Medina Velasco e Regina Celi Machado Pires

6

ENDOMARKETING E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CRISTÃ NO SUL DE MINAS GERAIS

Kamilla Penido de Mello Souza

28

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Catiuscha Demétrio da Silva Pitombo, Raquel Pereira da Silva Santos, Sabrina Azevedo Silva Ribeiro e Charlene Carneiro Quinto dos Santos (Orientadora)

40

A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Edson Gomes Loxe, Fabio Vinicius de Macedo Bergamo, Jackeline Mennon Fernandes e Walter Rubini Bonelli da Silva

52

RELATO DE EXPERIÊNCIA

APRENDIZAGEM ATIVA E COLABORATIVA: UM RELATO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA GLOSSÁRIO DO MOODLE NO ENSINO SUPERIOR

Leandro Oliveira de Menezes

69

RESENHA

A TRANSFERÊNCIA: UMA VIAGEM RUMO AO CONTINENTE NEGRO

Cintya de abreu Vieira

74

EDITORIAL

O Caderno de Educação e Cultura traz nessa edição quatro artigos, um relato de experiência e uma resenha que versam sobre diferentes temáticas.

A edição é iniciada com o artigo ***Olhares docentes sobre o método de casos como estratégia pedagógica nas ciências sociais aplicadas***. Nesse trabalho as autoras buscam analisar as potencialidades e limitações dos Casos (casos didáticos, métodos de caso ou casos para ensino) como instrumento pedagógico no âmbito dos cursos de Educação Superior, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas (CSA).

O segundo trabalho, intitulado ***Endomarketing e qualidade de vida no trabalho: estudo de caso em uma instituição de ensino superior cristã no sul de Minas Gerais***, de Kamilla Penido de Mello Souza, reflete sobre como as instituições de ensino superior (IES) necessitam envolver e comprometer todos com quem têm ligação, buscando assim avaliar as variáveis políticas de endomarketing.

No terceiro trabalho - ***Contribuições da família na aprendizagem escolar: um estudo de caso com alunos de 2º ano do ensino fundamental I*** – as autoras buscam investigar como a família pode contribuir na aprendizagem escolar da criança, refletindo ainda sobre a influência da parceria família-escola na prevenção das dificuldades de aprendizagem, propondo também estratégias de intervenção para amenizar as possíveis dificuldades de aprendizagem consequentes da ausência do acompanhamento familiar na vida escolar da criança.

A inclusão do surdo no mercado de trabalho formal é o quarto e último artigo dessa edição. Essa pesquisa propõe um estudo sobre as percepções dos Surdos e sua inclusão no mercado de trabalho formal. Destaca-se aqui o preconceito e a discriminação vivenciados pelos Surdos no ambiente organizacional.

No relato de experiência de Leandro Oliveira de Menezes, denominado ***Aprendizagem ativa e colaborativa: um relato sobre a utilização da ferramenta glossário do moodle no ensino superior*** faz-se um breve relato de experiência de uma atividade avaliativa realizada na Faculdade Adventista da Bahia, na turma de administração, oitavo semestre [2017.2], na disciplina Relações Globais. A atividade utilizou, como recurso, a ferramenta Glossário, do moodle.

Por fim, traz-se a resenha ***A transferência: uma viagem rumo ao continente negro***, que Cintya de Abreu Vieira elaborou. Nessa resenha dá-se destaque para o conceito de transferência como sendo um fator central na teoria psicanalítica. Aborda ainda os impasses da contratransferência e o desejo do analista.

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITORIAL

Espera-se que esses trabalhos possam contribuir para que você leitor, que entende e valoriza publicações que destacam a educação e cultura, amplie seu conhecimento nas diferentes áreas temáticas.

Boa Leitura!

Tânia Moura Benevides

Clarissa Almeida de Santana

clasantana@uneb.br

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, atualmente é professora assistente no curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem experiência na área de Gestão Social e desenvolve pesquisas na área de Educação Superior, sendo membro do Grupo de Pesquisa Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da UNEB.

Miriam Nohemy Medina Velasco

mmv.uneb@gmail.com

Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo, é professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de gestão de políticas públicas, nos cursos de Urbanismo, Turismo e Administração. É membro do grupo de pesquisa Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da mesma Universidade.

Regina Celi Machado Pires

rpires@uneb.br

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professora Titular do Departamento de Ciências Humanas (DCH I) da Universidade do Estado da Bahia, atuando no curso de Administração. Integra o grupo de pesquisa Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas, onde coordena a pesquisa sobre a formação e prática do Administrador. Tem experiência em Administração e Educação Superior, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Iniciação Científica; Avaliação de Egressos; Universidade; Formação e Prática Professor/Pesquisador; Formação e Prática do Administrador; Gestão em Educação.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

OLHARES DOCENTES SOBRE O MÉTODO DE CASOS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RESUMO

O objetivo desta abordagem é analisar as potencialidades e limitações dos Casos (casos didáticos, métodos de caso ou casos para ensino) como instrumento pedagógico no âmbito dos cursos de Educação Superior, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas (CSA). Interessa abordar este assunto dado que em uma pesquisa desenvolvida com os egressos do Curso de Administração (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ficou evidenciado que o desenvolvimento de casos em sala de aula é uma das principais ferramentas para melhorar a prática profissional. De igual forma, o caso é um dispositivo valorado e assimilado na *práxis* das docentes autoras desta abordagem. Assim, este artigo apresenta três casos didáticos, trabalhados pelas autoras, em diferentes componentes dos cursos de Administração e Urbanismo da UNEB. Embora as experiências tenham resultado em diferentes contribuições para cada turma onde os casos foram trabalhados, no que tange à prática docente, foi reveladora a percepção do quanto o método de caso é importante para fomentar um aprendizado coerente com um processo de ensino-aprendizagem mais dialógico e que coloca o estudante no centro da construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que despe o professor de suas formulações pré-concebidas e o coloca também como um formando, capaz de repensar sua prática. É nessa perspectiva que interessa abordar o caso didático e provê-lo como instrumento de conhecimento

Palavras-chave:

Método de Caso (MdC); Docência universitária. Ciências Sociais Aplicadas. Instrumentos pedagógicos. Educação superior.

SANTANA, Clarissa Almeida de; VELASCO, Miriam Nohemy Medina; PIRES, Regina Celi Machado. **Olhares docentes sobre o método de casos como estratégia pedagógica nas ciências sociais aplicadas.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 6 - 27, abr. 2019.

e de transformação no âmbito e nos compromissos da formação em CSA, esperando-se, assim, contribuir para a reflexão e aprimoramento de ferramentas didáticas em cursos que pouco discutem seu fazer pedagógico.

1. APROXIMAÇÃO AO MÉTODO DE CASO

Abordar o “caso” como ferramenta pedagógica implica um esclarecimento preliminar relativo à sua diferenciação da categoria ‘Estudo de Caso’. Nessa perspectiva, Gil (2009, p. 3) sinaliza que “estudo de caso não é estratégia de ensino”, justamente no intuito de diferenciar este formato de pesquisa que analisa fenômenos em profundidade, garantindo uma perspectiva integral e sistêmica dos problemas. Para delimitar e distanciar seu alcance, o mesmo autor propõe que se denomine ‘método de caso’, quando seu alcance tenha finalidade didática e vise colocar os estudantes diante de casos reais para desenvolver “capacidade de análise, síntese e julgamento”, acrescentando que “sua eficácia é reconhecida, principalmente, em cursos de Administração, já que possibilita uma aproximação da sala de aula com a realidade das organizações”.

Na mesma perspectiva, Martins (2008) estabelece a diferenciação, sinalando como ‘*case*’ o método de caso usado por professores, no qual se explicam determinados conteúdos a partir de situações reais ou fatos acontecidos. Migueles (2003, p. 98-99) diferencia o “método de caso para o ensino de Administração” do “método de caso para pesquisa em organizações”, esclarecendo que o primeiro “tem como objetivo estimar como intervir na empresa conhecendo-a internamente e avaliando seu potencial competitivo em relação ao mercado e à concorrência, ou como elaborar estratégias de ação com base em cenários traçados”. Vale ressaltar que as definições apresentadas se identificam como exercício de delimitação do conceito de Estudo de Caso atrelado à metodologia da pesquisa.

Sob outra perspectiva, Cesar (2005) estabelece questões que aproximam o Estudo de caso e o caso didático como métodos que partem de evidências específicas coletadas a partir de situações reais, embora o primeiro exija a rigorosidade, profundidade e abrangência que implica o compromisso com a pesquisa, enquanto o segundo acrescenta, soma ou faz parte de uma série de dispositivos passíveis de apoiar os processos de aprendizagem.

Desse modo, importa esclarecer que interessa abordar aqui o método de caso, o caso didático, o método de caso para o ensino de Administração, os casos para ensino ou, simplesmente, os casos ou *cases*, no sentido de prática pedagógica que implica um planejamento antecipado, por parte do docente, para definir os procedimentos que potencializam a compreensão e análise das informações apresentadas ou problematizadas e, principalmente, a tomada de decisões por parte dos discentes. Entende-se que o caso é uma estratégia para instigar o sujeito em formação a compreender situações, problemas e fenômenos e, talvez, o que é mais importante, a se posicionar usando seu arcabouço teórico e conceitual para intervir ou buscar a superação de problemáticas.

De igual forma, interessa levantar reflexões desde e na perspectiva específica dos denominados bacharelados, na esfera das Ciências Sociais Aplicadas (CSA), considerando que, em geral, a docência neles é exercida por profissionais que não têm uma qualificação especializada vinculada às questões pedagógicas. Assim, o seu fazer pedagógico é construído muito mais como processo validado pragmaticamente. Enquanto a prática pedagógica das licenciaturas é nutrida diretamente pelas teorias e debates da própria área, a dinâmica da docência em áreas como a das CSA, apenas se nutre das buscas individuais e fragmentadas incentivadas pelas preocupações desencadeadas em sala de aula, ou pelos poucos casos em que tais docentes decidem enveredar por mestrados ou doutorados em Educação.

Assim, a reflexão construída nesta abordagem pode ser considerada uma provocação, gerada pelos resultados da pesquisa realizada com os sujeitos formados no curso de Administração (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia, e, pode se materializar, de fato, em uma contribuição direta dos egressos ao melhoramento do currículo e, mais especificamente, dos instrumentos didáticos, não apenas do curso de Administração, mas dos vários bacharelados que esta IES tem implementado, como estratégia complementar à linha de atuação quantitativamente prioritária: cursos de pedagogia e licenciaturas, como foi identificado em trabalho anterior (MACHADO-PINTO; MEDINA-VELASCO; PIRES, 2009, p. 12) quando examinado o papel e a dinâmica da UNEB, no seu processo de expansão e articulação com a rede urbana desta unidade federal, verificando-se que, na época, esta Universidade concentrava “71% da oferta contínua de licenciaturas do Sistema de Ensino Superior estadual” e que no interior 66% de seus cursos são vinculados à área de Educação.¹

Portanto, uma vez que os participantes da pesquisa com os egressos do Curso de Administração (Campus I – UNEB) consideram que o desenvolvimento de casos em sala de aula é uma das principais ferramentas que contribui para melhorar a prática profissional (PIRES; MACHADO; MEDINA-VELASCO, 2014), caberia indagar: qual é o significado teórico-metodológico do caso como dispositivo pedagógico? Quais suas potencialidades e limitações? Como aprimorar e validar esta ferramenta nos vários cursos das Ciências Sociais Aplicadas?

A reflexão apresentada está dirigida especialmente àqueles que exercem e buscam aprimorar o exercício da docência nas Ciências Sociais Aplicadas e que, como as autoras, tentam pensar o seu fazer cotidiano, buscando alternativas coerentes com o cenário atual da educação superior, e principalmente, com as demandas dos sujeitos em formação. Em últimas, a partir desta reflexão, também interessa contribuir para colocar em pauta a discussão das particularidades pedagógicas das Ciências Sociais Aplicadas.

2. SIGNIFICADO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO CASO COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO

1. Dos 40 (quarenta) bacharelados da UNEB, contabilizados em 2009 (com base nos dados do vestibular de 2010), identificaram-se em ordem decrescente nas áreas de Direito (6), Administração (5), Ciências Contábeis (4), Comunicação Social (3) Enfermagem (3), Engenharia Agrônômica (2), Turismo (2). Os demais são ofertados em um só campus, entre eles estão: as engenharias de pesca, produção, sistemas; e o de Urbanismo, único bacharelado em todo o Brasil (MACHADO-PINTO, MEDINA-VELASCO & PIRES, 2009).

Embora a origem do método do caso possa remontar às primeiras preocupações com os processos de aprendizado na antiguidade, parece haver um consenso em localizar a origem do seu formato atual nos centros acadêmicos americanos, no início do século XX, tendo como finalidade básica o desenvolvimento de habilidades analíticas, assim como de trabalho em equipe e tomada de decisões (IKEDA; VELUDO-DE-OLIVEIRA; CAMPOMAR, 2006). Mais especificamente em relação à área de Administração, Roesch e Fernandes (2007, p. 25) apontam que o método de caso (MdC) foi usado pela primeira vez em 1908, na *Harvard Business School*, implicando na “reconstrução para fins didáticos de uma situação gerencial ou organizacional”. Desde então, a utilização do método de casos nas universidades tem se difundido, sobretudo nas universidades norte-americanas e europeias, onde, em algumas instituições, como Harvard, 80% das aulas chegam a ser trabalhadas com base nessa metodologia (ROESCH; FERNANDES, 2007).

Ainda de acordo com Roesch e Fernandes (2007), no Brasil, o MdC, com base em Harvard, começou a ser utilizado na década de 1970, quando inclusive se criou a Central Brasileira de Casos para catalogar e distribuir os casos nacionais, tendo a UFRJ, a UFMG e a UFRGS como principais polos de difusão desse método de ensino-aprendizagem. No entanto, logo após a década de 1980, esse sistema foi desativado, levando a um período longo de pouca produção e difusão de casos nacionais, que só começou a ser retomada quando, em 2007, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) passou a publicar casos de ensino nos anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD (FARIA; FIGUEIREDO, 2013).

Atualmente, outras revistas e centros de pesquisa no Brasil se empenham em promover a difusão de casos para ensino, especialmente na área de Administração, como a Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração (GV-Casos), a Revista de Administração Contemporânea (RAC/ANPAD), a Revista Eletrônica Mackenzie de Casos (REMAC), além da Central de Casos da ESPM. No entanto, outros cursos das Ciências Sociais Aplicadas já vêm fazendo uso desse método, especialmente Turismo (ARAÚJO; REJOWSKI; LEAL, 2012) e Direito (RODRIGUES; BORGES, 2016).

Embora uma rápida revisão da literatura sobre o assunto evidencie que o curso de Administração parece abandeirado na assimilação deste dispositivo pedagógico, espera-se contribuir para depurar esta ferramenta que, cada vez mais, tende a ser usada, não só no âmbito desse curso, mas também nos de Direito, Trabalho Social, Medicina, Ciências Contábeis e com grandes potencialidades em outros, como os de Turismo, Comunicação, Urbanismo, entre outros, inclusive, no nível da pós-graduação.

Cabe enfatizar que as CSA têm uma especificidade e um compromisso vinculados à formação de profissionais que estarão atuando em circunstâncias concretas, contextos específicos, problemáticas e realidades particulares em permanente transformação; fato que diferencia ou distancia sua prática pedagógica do campo e alcance das Ciências Humanas e das Ciências Sociais propriamente ditas.

Entende-se que as CSA têm uma especificidade relacionada com as demandas do próprio exercício profissional, em contextos específicos e interação com realidades sociais localizadas em um tempo

e espaço determinados e, às vezes, em permanente transformação. Assim, sua formação implica, em sua amplitude, no exercício para a assimilação de um saber-fazer para além das diretrizes traçadas pelos organismos internacionais,² podendo implicar um compromisso diferenciado no aprendizado e no exercício profissional (SAUL; SAUL, 2017). Este saber (fazer) implica a junção teoria-prática e, principalmente, a capacidade de aplicar conhecimentos em novas situações da vida profissional (SORDI, 2003). Nessa perspectiva também se poderiam considerar processos pedagógicos diferenciados que se apoiam, por exemplo, nas visões construtivistas (ANDRADE; FERREIRA; MENDOÇA 2008), absorvem conteúdos, tanto das ciências humanas, sociais, quanto das exatas (LIMONGI, et al. 2012).

Em últimas, as CSA tendem, por seu próprio objeto de estudo, a se fundamentar em paradigmas, pensadores, teorias e conceitos de alta abstração, mas também a ter um pé na realidade, como registrado em trabalho anterior, sobre a necessidade de considerar o entorno das Instituições de Educação Superior (IES), nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sinalizando que, especificamente no caso das CSA,

[...] problematizar a realidade e estimular os formandos, como sujeitos sociais com capacidade de transformação, implica uma interação docente-discente de permanente, mútuo e solidário aprendizado. Implica, também, um compromisso necessário de ser reivindicado e assimilado nas CSA relativo à valorização da ação coletiva e do pensar, formular, desenhar, materializar futuros melhores para os problemas e demandas de hoje (MEDINA-VELASCO, 2013, p. 22).

Nessa perspectiva, como ferramenta pedagógica, o caso parte da descrição detalhada (em qualquer formato) de uma situação, fenômeno ou problema real que instiga ou provoca uma mobilização dos formandos, no sentido de refletir, analisar, discutir alternativas e tomada de decisões. Implica na possibilidade de identificar diversas soluções e ter as bases para interpretar e discernir controlando o próprio processo cognitivo (VALLEJO, 2017). Daí a afirmação de Migueles (2003, p. 99) que o método de caso para o ensino de Administração “tem como objetivo maior provocar no aluno o raciocínio sistêmico, próprio da gestão, e auxiliá-lo a situar-se em uma situação simulada, próxima da que ele enfrentará no mundo real, para ajudá-lo a construir estratégias próprias para lidar com a complexidade”.

Além disso, Ikeda, Veludo-de-Oliveira e Campomar (2006) ressaltam que a técnica de caso trabalha a partir de princípios especialmente relacionados com o estímulo à motivação, à promoção e à participação ativa, assim como, ao feedback e à transferência de aprendizagem. É nesse sentido que o MdC se configura como um método

[...] de ensino-aprendizagem, baseado em objetivos educacionais que são apresentados por meio de problemas ou situações ocorridas em organizações reais. Ao ser aplicado em sala de aula, possibilita a aprendizagem sobre a resolução de problemas e a tomada de decisões sem risco. Durante as discussões, as situações apresentadas evocam a memória dos participantes sobre acontecimentos passados e apoiam ou reformulam as suas teorias pessoais. Nesse sentido, contrapõem-se (ou complementam) aulas expositivas, que se baseiam em teorias e conceitos [...] (ROESCH; FERNANDES, 2007, p. 1).

2. Foge ao objetivo desta abordagem a discussão sobre as diretrizes que estabelecem os denominados pilares da educação contemporânea (saber ser, saber fazer, saber viver junto e saber conhecer). Recomenda-se para a compreensão e discussão de suas implicações, na perspectiva da educação superior no Brasil, consultar o trabalho de Marcos Villela Pereira (2011).

A ampliação e importância da aplicação de casos nos processos pedagógicos pode ser validada desde a perspectiva freiriana, enquanto implica a construção de conhecimento de forma dialógica, coloca sujeitos diante de uma realidade concreta, assim como, as partes envolvidas no processo de aprendizado ganham experiências, pois se vincula teoria e prática, discurso e realidade, numa permanente construção da sua *práxis*.

O respeito pelo aluno e a conquista da sua autonomia, tendo o diálogo como o fio condutor do processo de ensino-aprendizagem, é um princípio do método de Paulo Freire (2005). Na visão de Freire (2011), a educação deve ser capaz de promover a autoconfiança e toda ação educativa deve ser um ato contínuo de recriação e de ressignificação de significados, enquanto condição de possibilidade para uma educação conscientizadora e libertadora, dentro de uma perspectiva contínua de diálogo e reflexão sobre a ação, com o objetivo de ampliar a visão de mundo e a participação ativa do indivíduo, em todas as esferas da vida em sociedade. Nesse processo, tanto o professor como o aluno compreendem-se como seres inconclusos, que estão sendo.

Nas sociedades industriais capitalistas, como a brasileira, atualmente sob a égide do capital financeiro, onde se verifica a “massificação” da educação superior, particularmente para as classes menos favorecidas da população, tende a predominar um tipo de educação – a “bancária” – que desconhece “os homens como seres históricos, (...) como seres inacabados, inconclusos, *em e com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (FREIRE, 2005, p. 83. Grifos do autor). Nesse cenário, o professor é também força produtiva e, como tal, gera um trabalho cujo resultado é refletido no “outro”, no aluno; porém, pela natureza do trabalho educativo, esse retorna ao professor ou como uma ação transformadora – *práxis*, ou como uma atividade rotineira, mecânica. Na concepção freiriana, em ambas as situações, o antagonismo é real, é materializado na relação aluno/professor, com “o diálogo” que não somente é uma necessidade do ato educativo, mas “uma exigência existencial”.

Nessa perspectiva, a formação do aluno da educação superior é compreendida a partir do “ser social”, construindo a sua experiência profissional nas condições que lhe são oferecidas e nas possibilidades reais de transformação dessa existência. Na medida em que professor e aluno, no confronto com o mundo material social, vão realizando o seu trabalho, concomitantemente, uma compreensão total do real se desenvolve, subjetivamente, mas essa compreensão se dá a partir dessa experiência particular objetiva, que, no contexto da sala de aula, pode ser um método de caso, criado a partir da realidade circundante desses sujeitos.

Tal realidade deve ser compreendida como resultado da atividade humana, da *práxis*, o que requer o entendimento da ação do homem sobre a natureza, no sentido de transformar o mundo, a sociedade em que vive. Assim, a *práxis* vincula a ideia à prática, a teoria à prática, dialeticamente, no fazer pedagógico, com reflexão crítica. É importante investigar não somente como o professor e o aluno adquirem consciência da sua condição de ser social, ou não, como também a origem e condicionamento das teorias que o professor utiliza, como ferramentas lógicas de seu trabalho.

Freire trabalha com os conceitos de totalidade e de contradição, categorias essenciais à compreensão do diálogo, não entendendo a totalidade como a soma das partes, nem como uma abstração, mas como uma teoria da realidade totalmente concreta (KOSIK, 2002), que nos coloca

em uma base filosófica capaz de assentar uma concepção de mundo e do ser humano para produzir o conhecimento com o outro e para o outro. Dessa totalidade concreta emergem as contradições da vida existencial dos sujeitos e “por isto é que a prática se fará tão mais pedagógica quanto mais crítica e tão mais crítica quanto, deixando de perder-se nos esquemas estreitos das visões parciais da realidade, das visões ‘focalistas’ da realidade, se fixe na compreensão da *totalidade*” (FREIRE, 2005, p 100. Grifo do autor).

Acreditamos que o método de caso, como instrumento didático da sala de aula, deve acontecer na relação entre o ser humano e o mundo, não podendo se tornar uma ação mecânica, isolada, focada em uma organização, sem vinculá-la à totalidade social. Enquanto processo do conhecimento, onde acontece o criar, exige-se que, no MdC, os sujeitos cognoscentes realizem a reflexão sobre a situacionalidade como forma de pensar sobre a sua própria condição de existir (FREIRE, 2006).

O desafio aos docentes da educação superior, especialmente das CSA, é escolher/formular um método de caso cuja representação de realidade não seja estranha, alheia aos alunos envolvidos e “da mesma forma, não tenha um núcleo temático demasiado explícito (codificações propagandísticas), ou demasiado enigmático (adivinhação ou quebra-cabeça)”. Um método de caso deve representar situações existenciais, ser simples na complexidade e possibilitar pluralidade de análises.

A aprendizagem baseada em casos outorga papel estratégico ao sujeito em formação, tendendo a trasladar a este a responsabilidade de seu processo de aprendizagem, onde o docente fica como guia, mediador, orientador, facilitador. E ele mesmo desenvolve seu processo de aprender a aprender e promover a autonomia do processo de formação com sua própria prática e condução autônoma de seu permanente, e sempre inacabado, processo de formação.

Da mesma forma, a assimilação do Método de Caso se pode validar a partir do pensamento complexo proposto por Edgar Morin (2003). Isto porque o MdC, em si, além de exprimir a complexidade da realidade onde está imerso, tem, na sua essência, enfoque interdisciplinar e sistêmico.

Conforme Edgar Morin (2003), na educação superior as práticas pedagógicas implicam um esforço epistemológico para tratar a sua complexidade com lógicas diferentes e sob questões concorrentes e antagônicas, considerando, inclusive, que o dialético também se expressa na complementariedade dos antagonismos. Dessa maneira, causa e efeito tem uma imbricada relação circular, como também os componentes ou partes de um determinado fenômeno, e o próprio fenômeno, são partes de uma totalidade maior e sua essência se expressa de forma hologramática. Sob essa perspectiva, o MdC contém em si mesmo, uma multidimensionalidade inerente à realidade social, por isso mesmo é aderente e interessa assimilar sua importância e contribuição nas abordagens trans, multi polidisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas.

Morin (2000, p. 14), quando propõe os sete saberes fundamentais para tratar da educação do futuro, valida, entre outras, a necessidade de examinar o conhecimento como ferramenta que, antes que mais nada, arma as mentes para a lucidez. Nisto radica a necessidade de “promover o conhecimento capaz de aprender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais”. O apelo deste pensador é para a necessidade de superar a fragmentação do conhecimento que impede vincular as partes à totalidade, por isto a importância de desenvolver métodos que possibilitem estabelecer relações, contextualizações, vínculos. E

que, do mesmo modo, considere o ser humano na sua complexa natureza e promova a consciência de sua identidade considerando a relação entre sua particularidade e a diversidade de todo ser humano. Propõe, também, considerar as incertezas, o imprevisto, o inesperado como parte dos processos formativos, assim como, considera a importância da educação para a compreensão entre seres que são, ao mesmo tempo, indivíduos/sociedade/espécie. “Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2000, p. 17).

Sob estes fundamentos, entende-se que o trabalho pedagógico com casos é coerente com os princípios freirianos e com as propostas de Morin para a educação do século XXI. Neste sentido, o caso tem um significado pedagógico de questões como a promoção da autonomia, da consciência e do compromisso com a realidade dos sujeitos que dele se ocupam.

3. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO CASO DENTRO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta parte da reflexão sobre o caso como dispositivo ou recurso didático se apresentam, primeiramente, as contribuições identificadas, a partir de uma rápida revisão de literatura, com base em experiências de diversos campos do conhecimento e, posteriormente, se levantam algumas considerações destacando as potencialidades e limitações deste instrumento.

Abordando especificamente a questão do caso, com base no estudo de Ana Maria Cesar³ (2005), cabe destacar que este teria características similares às apontadas ao caso do Estudo de Caso pelos autores clássicos deste (YIN, 2000 e GIL, 2009). Isto porque, segundo a autora, um caso tem caráter de unidade, mesmo sendo parte de um todo ou de uma população, pelo tanto não é generalizável ou representativo desse todo. Assim, cabe tratá-lo como o que é na sua essência: uma unidade de estudo ou análise, sendo que, para sua análise como fenômeno que é parte de uma realidade é necessária sua contextualização na escala temporal e espacial.

Portanto, o caso didático, segundo Ana Maria Cesar (2005 p. 11), promove a “conexão entre a experiência do profissional envolvido na situação e a teoria que embasa a resolução do caso [...] como um exemplo de um ou mais conceitos sob estudo dentro de uma ou mais disciplinas de uma grade curricular”. A mesma autora atenta que não há neutralidade na seleção de casos para fins didáticos, sua validade se dá enquanto possa desenvolver atitudes e comportamentos no exercício profissional. De igual forma, o uso destes, sem atentar aos princípios éticos, gera barreiras, inclusive, na captação e incremento dos bancos de dados, pela prevenção dos atores

3. Cabe registrar que a autora parece estar vinculada diretamente a um projeto da Universidade Mackenzie (São Paulo), denominado Central de Casos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e que buscava contribuir para a divulgação e uso do método do caso como ferramenta de ensino e estratégia de pesquisa em Economia, Ciências Contábeis e Administração. Inclusive contava com a publicação especializada sobre o assunto onde se divulga o artigo referenciado. Porém, a página da revista só apresenta edições até o ano 2007 (UPM, 2012).

envolvidos à exposição e publicação das suas informações.

Nos processos de formação em Direito, a implementação do método de caso é histórica, e segundo as contribuições identificadas, implica que o docente tenha competência no desenvolvimento do discurso socrático que pressupõe a capacidade de vincular fatos a normas, usar hipóteses embasando-as em outros casos e/ou hipóteses abertas para demonstrar a complexidade e indeterminação, o que evidencia que os resultados dos casos não são determinados rigidamente (STUCKEY et al., 2010). Neste âmbito, segundo os mesmos autores, a principal contribuição dos casos é retirar lições a partir da própria discussão sobre as especificidades dos casos. A isto acrescentam, os mesmos autores, que há necessidade de fechar o desenvolvimento do caso, sem evidenciar ganhadores ou perdedores, certos ou errados, capazes e incapazes, principalmente, porque o discente não pode ser obrigado tacitamente a pensar ou assumir uma determinada postura, mas sim gerar o espaço para que cada participante faça o balanço do processo e seus aprendizados. Neste caso, também insistem em que o professor “usa o diálogo socrático para esclarecer lições, não para expor a falta de entendimento” (STUCKEY et al., 2010, p. 101) e acrescentam a necessidade de gerar ambiente democrático na sala e valorar o esforço dos alunos que participam da discussão.

Na perspectiva dos cursos relacionados com políticas públicas que envolvem diversas variáveis (jurídica, política, financeira etc.) e pelo tanto coloca desafios transdisciplinares, à vez que exige capacidade de discernimento, no processo de formação profissional, é destacada a eficácia do MdC, por quanto contribui diretamente para a formação de profissionais capacitados na tomada de decisões e preparados para o trabalho em equipe (SHUNEMANN et al., 2010). Os mesmos autores destacam (s/p) que, “ensinar utilizando-se casos é diferente de ensinar pelo método do caso. Enquanto o primeiro apenas ilustra uma situação, o segundo busca compreender um fenômeno através da análise da aderência das evidências do caso à teoria proposta”. Sem pretender entrar no embate sobre denominações e interpretações, interessa registrar que os autores alertam sobre a necessidade de articular a abordagem do caso com as demandas dos conteúdos e as necessidades dos discentes, o que demanda, segundo eles mesmos, uma postura proativa do discente e uma importante carga de leitura tanto destes quanto dos docentes, questão que ainda se pode assimilar como um desafio a trabalhar.⁴

Com destaque especial, cabe registrar que a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) disponibiliza, desde décadas passadas, um acervo virtual de casos de ensino com foco na gestão pública e, inclusive, promove a participação na inserção de casos.⁵ Em termos gerais, define os casos como ferramentas de aprendizagem, embasadas em narrativas que apresentam situações problemas que potencializam as habilidades do estudante para responder “à questão-chave: *o que você faria se tivesse que enfrentar as circunstâncias descritas no caso?*” (ENAP, 2018), pergunta que, evidentemente, gera ou desencadeia processos de análises, revisão de bases conceituais e, o mais importante, argumentação e raciocínio crítico.

4. Isto, porque justamente, a abordagem referênciada a pesquisa “Retratos de Leitura no Brasil” alertando que 50% dos leitores do ensino superior dedicam no máximo uma hora diária de leitura, enquanto 28% de 2 a 3 horas (BEAUCHAMP, 2008 apud SHUNEMANN et al., 2010).

5. Como se pode verificar na página disponibilizada (ENAP, 2018), os casos são de acesso gratuito e pretendem estimular o uso de técnicas inovadoras para o ensino, cobrindo temas como ética, políticas públicas, diversidade, gestão de programas e projetos, inovação e outras temáticas relacionadas à administração pública.

O uso ou apoio nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é apresentada em experiência das ciências biomédicas, onde é aplicado o método de caso clínico com apoio de vídeo como ferramenta didática (MEJIA; GARCIA e GARCIA, 2013). Os mesmos autores consideram que a incorporação de novas ferramentas facilita o apoio em simulações, assim como, a interação e a busca de informação, e propõem a necessidade de combinar estratégias segundo os propósitos e conteúdos curriculares, inclusive apresentam a sigla MdC (Método de Caso) para diferenciá-lo claramente do Caso de Estudo. Tais autores enfatizam que ambientes de aprendizado apoiados nas tecnologias facilitam, agilizam e potencializam o uso do MdC e, principalmente, contribuem para se apropriar e integrar os conteúdos de diversos componentes curriculares.⁶

A partir do desenvolvimento de casos como mecanismo didático, no estudo mencionado se reconhece que é favorecida a capacidade de análise e posicionamentos críticos nos discentes, e que, de igual forma, promove o encontro da relação entre estruturas-funções-processos, o que facilita ao estudante na compreensão multidimensional de situações reais (MEJIA; GARCIA e GARCIA, 2013).

Com base nas contribuições anteriores, cabe destacar a necessidade de entender que, para qualquer âmbito, se aplica a orientação de Yin (2005): cada caso é um caso. E ainda cada aplicação de caso será específica, pois este depende muito mais dos sujeitos envolvidos na discussão – questão central deste instrumento – diferenciada, portanto, de qualquer aula expositiva desenvolvida pelo mesmo docente. A heterogeneidade dos resultados, antes de ser um problema, é uma contribuição da riqueza do trabalho com casos, nas palavras de Cesar (2005, p. 12-13), trata-se da

[...] plasticidade necessária para atuação em ambientes complexos ou mutáveis, pois frente às mesmas informações, diferentes alunos e professores podem chegar a diferentes resoluções plausíveis, considerando suas diferenças individuais - quanto a tipos de análise, formas de resolução de problemas, processos de tomada de decisões, crenças e valores pessoais, atitudes frente às situações envolvidas no caso.

Independentemente de procedimentos, importa destacar que o sucesso do trabalho pedagógico com casos está em poder vincular teoria e realidade, discurso e prática, pelo que sua aplicação não pode ser isolada de outras dinâmicas pedagógicas. A apresentação dos casos demanda uma atitude docente aberta não só à discussão e ao debate, mas também à valorização de alternativas, questionamentos e possibilidades geradas pelos discentes. Entende-se, pois, que na dinâmica de um caso, assim como na vida real, o objetivo não é julgar apenas aquilo que está certo ou errado, pois a aplicação do caso não é de achados pré-estabelecidos, mas a busca de resultados melhores que depende de múltiplas variáveis e dos contextos nos quais costumam também apresentar-se as demandas dos grupos sociais.

Como sinalado por Cesar (2005), especialmente nos casos com perspectiva interdisciplinar, é possível trabalhar, paulatinamente, um caso ao longo do desenvolvimento de um ou vários componentes curriculares, na medida que, se assimilam os conteúdos teóricos que subsidiam a

6. Em termos gerais o caso desenvolvido com os discentes foi apresentado em vídeo com a gravação de uma consulta a paciente e a apresentação da história clínica e os questionamentos para a discussão (MEJIA; GARCIA e GARCIA, 2013).

resolução do caso. Acrescenta ainda que, embora tradicionalmente os casos venham com roteiros estruturados, há docentes que defendem que a discussão não deve ser direcionada, pois a riqueza deste mecanismo está na identificação das questões relevantes do problema e não em respondê-las de uma determinada forma. Também atenta sobre as dificuldades de trabalhar com turmas volumosas e cursos desenvolvidos em um só turno e não em horário integral, como parte dos obstáculos apontados como desafios no contexto da educação superior do Brasil.

Fazendo um balanço, as vantagens ou principais contribuições do trabalho didático com casos estão relacionadas com a articulação não só entre teoria e prática, mas na perspectiva da construção do conhecimento, que implica na interface entre o conceitual, o metodológico, ou se se quer, em outra ordem, entre epistemologia, pedagogia, didática. O caso coloca o sujeito diante de realidades complexas, nas quais se manifestam as questões estruturais e que demandam posturas interdisciplinares, pois o caso não pode ser isolado, está inserido em um contexto, o caso é real e se não o é totalmente, pelo menos tem bases e relação direta com uma realidade. Assim, o caso também implica a possibilidade de superação da atitude passiva do discente e a dinamização do docente, inclusive para não apenas se lamentar e não se acomodar com esse tipo de atitudes. Em termos gerais, o caso coloca frente a frente sujeitos em ação e sujeitos em análise/decisão.

De igual forma, cabe alertar sobre os cuidados e limitações deste instrumento didático, em especial com relação à promoção do voluntarismo, ou o ego profissional que alimentado de forma pontual e improvisada pode gerar a crença que tudo é passível de solução de forma individual e isolada, bastando aplicar apenas os mecanismos aprendidos. Nessa situação, também importar atentar que a abordagem didática de casos requer bases conceituais e um nível de maturidade dos discentes para garantir distanciamento de tendências especulativas e que o caso não pode ser o único mecanismo de aprendizagem, há necessidade de conjugá-lo, complementá-lo com outras técnicas e formatos pedagógicos.

4. APRIMORAMENTO DO MÉTODO DE CASO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Independentemente das etapas de planejamento e de preparação que demanda do docente, o trabalho didático com casos implica também um acompanhamento especial da discussão. Este momento se constitui no espaço privilegiado da construção do conhecimento, por quanto o discente se debruça na elaboração de raciocínios, fundamentação de argumentos e/ou explanação de seus posicionamentos.

Por esta razão, a abordagem do caso possibilita a apropriação da essência do processo de aprendizagem por parte do estudante. O caso requer seu envolvimento, sua ação e seu posicionamento. Nesse sentido é que se podem construir as hipóteses sobre a motivação que tem os egressos do Curso de Administração (Campus-I UNEB) ao destacar este método como um dos que mais tem contribuído na sua prática profissional e, pelo tanto, a consideram como

a principal metodologia que se deveria inserir na grade curricular do curso para aprimorar sua articulação com as demandas da prática profissional do administrador em geral.

Especificamente, quando foi solicitado ao egresso que indicasse três metodologias de ensino relevantes para sua formação, no sentido de melhorar a sua prática profissional, mais do 70% dos egressos entrevistados escolheram o Método de Caso como metodologia de ensino relevante (PIRES; MACHADO & MEDINA-VELASCO 2014), como se apresenta na tabela.

Conforme se pode observar na tabela, a abordagem de casos em sala de aula (72,1%) é destacada, seguindo-se as visitas técnicas (62,8%) e palestras com especialistas (48,8%), sendo que até a aula, mesmo prática, não obteve muita consideração. Denota-se que as ferramentas em contato mais próximo com a realidade e o futuro desempenho foram aquelas apontadas como de relevante contribuição para desenvolver habilidades e competências profissionais. Isto evidencia que, para além da própria atividade e de sua nota, a projeção do caso como técnica, instrumento ou método de aprendizagem tem uma relação direta e dá bases para a prática profissional. Evidentemente, “os novos tempos reclamam por uma pedagogia que leve o aluno a formular perguntas, a levantar hipóteses, a ter a dúvida epistemológica como princípio norteador de suas decisões no campo profissional e pessoal” (SORDI, 2003, p. 76).

Metodologias Relevantes	Percentual de Casos	
	Ocorrências	% Egressos
Aula expositiva dialogada	28	16,3%
Aula prática	1	0,6%
Debates	30	17,4%
Dinâmica de grupo	24	14,0%
Casos para estudo	124	72,1%
Jogos empresariais	64	37,2%
Palestra com especialistas	84	48,8%
Pesquisas bibliográficas	18	10,5%
Seminários	18	10,5%
Trabalho em grupo	14	8,1%
Visitas técnicas	108	62,8%
Total	-	%

Tabela – Metodologias relevantes apontadas pelos egressos do Curso de Administração (DCH-I) UNEB Fonte: Pires; Machado; Medina-Velasco (2014, p. 12).

Como em outras circunstâncias do ambiente da educação superior, a abordagem de casos demanda uma postura diferenciada por parte de docentes e discentes que, como apelado por Sordi (2003, p. 76), implica vivenciar (des)aprendizagens, desapegos de certezas, “um estranhamento das lógicas anteriores para poderem produzir uma nova realidade de ensino, [porém] mudar tudo sem refletir sobre as razões da mudança pode se converter em trefismo”. Eis aí onde ganha importância a reflexão permanente sobre o fazer e a possibilidade de estender espaços de reflexão sobre esse fazer, junto com todos os sujeitos envolvidos, para também incentivar o pensar do cotidiano.

Diante disto, são apresentadas no quadro abaixo, três experiências vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de Administração e de Urbanismo do Campus I (UNEB). Trata-se de

experiências de três docentes que têm construído seu aprendizado pedagógico, dentro da própria Universidade, no seu compromisso com a formação universitária voltada para a graduação.

Componente Curricular Curso-UNEB	Objetivo	Caso
Modelos de Desenvolvimento Urbano Curso de Urbanismo	Estimular o entendimento e aplicação dos diversos modelos alternativos de desenvolvimento exercitando a reflexão e aplicação a partir de realidades específicas, especialmente, sobre o papel e interesses de atores sociais.	Vídeo Matéria jornalística “Ilha das Cinzas” (SANTOS, 2018)
Marketing Estratégico Curso de Administração	Compreender os principais conceitos e criação de estratégias na área de Marketing, bem como despertar o estudante para a importância de se discutir o marketing para segmentos de mercado tidos como menos importantes.	Texto “A Galinha Azul Posicionamento e personagem numa multiplataforma” (MANZIONE, 2012)
Gestão de Pessoas Curso de Administração	Refletir sobre a origem e o desenvolvimento dos principais sistemas de organização do trabalho do século XX e da contemporaneidade, estabelecendo suas relações com o contexto histórico e com os subsistemas de recursos humanos.	Texto “Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento” (LIMA, 2006)

Quadro – Descrição de casos desenvolvidos nos cursos de Administração e Urbanismo (Campus I) UNEB Fonte: Elaboração própria.

4.1 O MÉTODO DE CASO NO CURSO DE URBANISMO

A experiência trabalhada com alunos de 4º semestre do Bacharelado em Urbanismo, na décima semana do calendário do componente curricular “Modelos de Desenvolvimento Urbano”, teve como finalidade básica incentivar a apropriação de entendimentos já abordados a partir de discussões de textos e outros levantamentos teóricos, tendo como base, uma matéria jornalística exibida na televisão aberta, sobre uma comunidade do Rio Amazonas. Especificamente, foi solicitado aos alunos organizados em duplas, para reconhecer os *stakeholders*, no caso específico, os ‘atores do desenvolvimento’, seu papel e interesses, assim também, posicionar-se no papel de atores dentro da comunidade, exercitando “o que fazer” e o “como fazer”.⁷

A atividade foi apresentada em sala e orientada a partir de uma guia ou ficha, onde, além de estar registrado o objetivo, também se apresentaram os *links* de acesso e se descreveram os

7. Como parte do estímulo para a aproximação dessa realidade foi comentado (sugerindo se possível assistir) o filme de Walter Salles (2004) “Diários de motocicleta” para que, como acadêmicos de Urbanismo, fizessem a “suposição” que inspirados neste filme decidiram fazer um percurso pela Amazônia Brasileira e chegaram até a ilha, sendo ‘obrigados’ a ficar um bom tempo nela e, pelo tanto, motivados a fazer algo.

procedimentos e o roteiro a desenvolver, entre outros. O caso chamou a atenção dos alunos por quanto se estava conhecendo a realidade de uma comunidade que aparentemente não teria demandas e muitas das problemáticas já estavam sendo acompanhadas, inclusive com a mobilização de entidades governamentais. O caso foi escolhido intencionalmente para entender e assimilar o papel dos denominados *stakeholders* dentro dos processos de desenvolvimento, assim, como entender este como uma interação de agentes em contínuo movimento.

Na aula seguinte, foram socializados os registros dos alunos, primeiro para uma outra dupla de colegas e depois para toda a sala e, a partir disto, promoveu-se a reflexão, em um movimento de argumentação, contra argumentação e síntese. No entanto, não se entrou na dicotomia do certo/errado, pois todos os pontos de vista, ou mais especificamente os “que fazer” podem ser considerados pertinentes e, por sua vez, todos eles podem ser melhorados, justamente, na própria interação social. É precisamente este o principal aprendizado: as transformações sócio espaciais são fruto da interação entre atores e interesses.

Em geral, os alunos valoraram o exercício, principalmente, pela aproximação a outras realidades, participaram com motivação e, inclusive, procuraram novas informações sobre tal realidade, enriquecendo o debate e principalmente, as alternativas sobre o que fazer e o como fazer.

Como forma de aprimoramento da atividade, o aprendizado que fica para a docente também é de gerar um espaço para a reflexão sobre a própria atividade, seu alcance, a evolução de seus próprios argumentos ou posições. Trata-se de exercitar a autorreflexão e, inclusive, a autoavaliação, como forma de também promover a autonomia de seu respectivo processo formativo. Assim, o caso também é uma ferramenta que promove sensibilidade com a realidade e consigo mesmo.⁸

4.2 O MÉTODO DE CASO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O outro caso foi trabalhado com estudantes do 5º semestre de Administração, na quarta semana de aula do componente Marketing Estratégico. Foi utilizado o caso “A Galinha Azul: Posicionamento e personagem numa multiplataforma” (MANZIONE, 2012) para que os estudantes pudessem compreender os principais conceitos de Marketing, já trabalhados em um componente anterior, e despertassem para a importância de se discutir o marketing em segmentos de mercado tidos como menos importantes, como é o caso de temperos prontos.

Inicialmente, trabalhou-se a leitura e reflexão individual do caso para em seguida se discutir com toda a turma. A ideia primeira foi verificar se havia na turma um nivelamento acerca do entendimento de conceitos como oferta e demanda, posicionamento, ciclo de vida de produtos, *market share* e *share of mind*, conceitos que seriam pré-requisitos para os conteúdos que posteriormente foram trabalhados na turma. Esse nivelamento se fazia crucial na medida em que alguns alunos estavam cursando Marketing Estratégico sem ter cursado antes o componente

8 Como ilustra um docente indiano que atua em Massachusetts (SANYAL, 2015), os exercícios de argumentação e debates desenvolvem competências pouco evidenciadas nos gabaritos de atividades e provas tradicionais, tais como o posicionamento autocrítico, a intuição e a sensibilidade.

Marketing, no qual os principais conceitos são discutidos.

Assim, após se trabalhar, brevemente, de forma expositiva, os principais conceitos discutidos no caso nas aulas iniciais, optou-se por apresentar/revisar esses conceitos a partir da leitura de um caso, seguido por um roteiro de questões, pois acreditou-se que essa metodologia seria uma forma mais interessante de firmar os conceitos para os estudantes que os aprenderam em semestre anterior, da mesma forma que seria uma metodologia mais dialógica e atraente para todos os estudantes.⁹

O caso chamou a atenção da turma por trabalhar um produto com baixo valor de mercado, que aparentemente não necessitava de ações de marketing. Essa discussão foi intencional, haja vista que é comum entre estudantes de Administração querer discutir casos de marcas conhecidas e pensar estratégias para organizações de sucesso. No entanto, acredita-se ser necessário discutir também casos mais simples ou menos atraentes, pois muitos, se não a maioria, desses estudantes, possivelmente, trabalharão em organizações que não são líderes de mercado, e se depararão com realidades em que é preciso repensar as ações senso-comum, especialmente em pequenos negócios, organizações familiares ou sociais e até mesmo o setor público.

Acredita-se que as discussões geradas contribuíram para o entendimento dos conceitos propostos, pois o caso foi citado em vários momentos do curso, como exemplo para as novas temáticas que estavam sendo abordadas. Um aluno inclusive relatou que, em uma entrevista de estágio, logo após as discussões na turma, citou o caso por acreditar que havia semelhanças entre aquele e a realidade da organização para a qual ele se candidatou, tendo sido posteriormente contratado. Não se sabe os motivos pelos quais aquele estudante foi contratado, embora ele mesmo acredite que foi por mostrar saber como agir na organização contratante, em função das discussões sobre o caso em sala de aula. No entanto, acredita-se que o fato de o aluno ter conseguido relacionar uma situação-problema discutida em sala com uma situação-problema na organização contratante, reforça a importância do método de caso como uma forma efetiva de ensino-aprendizagem, no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

Em relação aos desafios para o professor, o caso exigiu um planejamento bem estruturado, com leituras prévias e reflexões, inclusive porque optou-se por não direcionar o estudo a partir das perguntas que vieram anexas ao caso, reforçando as discussões sobre a liberdade do professor ao trabalhar o caso (CESAR, 2005). Além do mais, é sempre desafiador trabalhar um caso, pois diferentemente das aulas expositivas, em que o professor tem o controle de como vai começar e como vai terminar, a análise de casos pode levar a discussões “não previstas” ou “não planejadas”, levando o professor a refletir sobre seus “próximos passos”. No caso em questão, haja vista a intensidade das discussões, o caso serviu de base para uma avaliação do componente, que exigiu a realização de pesquisa de mercado e elaboração de estratégias de promoção para uma marca de temperos prontos escolhida pelos estudantes.

A terceira experiência de caso didático deste artigo foi trabalhada no componente Gestão de Pessoas, oferecido aos alunos no 4º semestre do curso de bacharelado em Administração do

9. Porquanto haviam alunos que já tinham contato com os conceitos em outro componente também relacionado com Marketing. Percebeu-se que, de fato, houve um pouco mais de dificuldade de análise da situação real pelos estudantes que não o tinham cursado, mas as discussões com a turma foram, aos poucos, equilibrando os dois grupos.

Campus I/UNEB. A ementa do componente possibilitava ao professor: circular pelo universo das organizações, suas ideologias e visões parciais da realidade concreta; e/ou extrapolar esse espaço organizacional, onde normalmente apenas o mercado é considerado o “ambiente externo” e ir além dele, para alcançar a compreensão sobre os limites e possibilidades da gestão contemporânea de pessoas, a partir da apreensão da contradição capital e trabalho, no sentido de buscar alternativas de superação. São caminhos que, uma vez assumidos, envolvem valores e princípios, visto que a escolha é sempre uma opção política.

Como se pode compreender a realidade, enquanto um mundo feito, “à mão” (ENGLES, 2018) pelos homens que, com seu trabalho, assim também foram se fazendo suas mãos ao tempo em que necessitaram estabelecer formas de convivência que lhes pudessem garantir a sobrevivência? Como se pode apreender esse mundo que vai com e além das organizações? Para o professor seguir por aquele segundo caminho, significa se inquietar com esses questionamentos e adentrar pela sociologia do trabalho, no propósito de buscar entender o homem e o trabalho em uma relação dialética: foi o que se passou a denominar de pressupostos ontológico/filosófico/sociológicos da gestão de pessoas, para se alcançar, também, o entendimento dos aspectos ideológicos que envolvem a relação capital-trabalho, o que, por sua vez, requer um mergulho no “mundo do trabalho” (ANTUNES, 2006).

Pensou-se com isso, colocar importantes desafios na definição de conteúdos e métodos do processo de ensino-aprendizagem desse componente curricular, uma vez que se tem na Administração, uma área do conhecimento onde os alunos de graduação são “convocados” a se inserirem, precocemente, no mercado de trabalho, reduzindo-se o tempo para os estudos e para a busca do conhecimento crítico. Também poder destacar como as diversas formas encontradas pelo capital para organizar o trabalho, em organizações, ao longo do século XX, sempre promoveram, de forma direta ou camuflada, a alienação do trabalho daquele que verdadeiramente o executa. Importava também poder discutir as formas diversas de resistências, historicamente desencadeadas pelo trabalhador, nesse processo.

Foi assim que emergiu a necessidade de “construir casos”, a partir de artigos acadêmico-científicos que resultavam de pesquisas empíricas, realizadas nas organizações brasileiras. O caso escolhido para ilustrar esse trabalho tem como referência o artigo de Eurice Lima (2006), sobre o processo de implantação da segunda unidade de produção da Toyota no Brasil, ocorrida em Indaiatuba (SP), em 1998.

Tal experiência de implantação, na verdade, tratava de disseminar o “toyotismo” no Brasil como uma filosofia empresarial onde, naturalmente, ocorria uma parceria entre chefes e trabalhadores, com o intuito de estimular o espírito de equipe na empresa. Lima (2006) vai explorar outra perspectiva do Toyotismo. Dando voz aos operários do “chão de fábrica” e não apenas aos gestores da Toyota, realizando uma robusta análise documental e uma profunda observação direta da organização estudada, a autora consegue demonstrar, em sua pesquisa, que essa filosofia do toyotismo é uma “roupagem” que esconde estratégias de controle e disciplina que visam quebrar a resistência do trabalhador, impondo-lhe o modelo do “colaborador” e atribuindo à empresa, o espaço político onde pode aflorar o consenso social.

O encaminhamento da discussão do caso se deu, no primeiro momento, com a leitura atenciosa, exaustiva do caso, individualmente, e depois em grupo, pressupondo-se a discussão em grupo. Seguiu-se a identificação, pelos grupos, de pressupostos investigativos do caso, cujos temas geradores estavam de acordo com os objetivos específicos da componente. Em um segundo momento, procedeu-se a análise situacional do caso, com base na interpretação dos conceitos/pressupostos investigativos de base e, também, em dados adicionais sobre a Toyota, bem como, análises e críticas às soluções identificadas. Também se pensou em proposições e oportunidades não reveladas no caso, como o “silenciamento” de questões que encobrem aspectos filosóficos/ideológicos da gestão de pessoas e sobre a empresa e o seu meio ambiente. E, no terceiro momento, os grupos levantaram proposições estratégicas viáveis de gestão de pessoas voltadas à superação das questões identificadas no caso e a escolha da alternativa de proposição estratégica mais adequada ao contexto histórico do caso.

A dimensão política desse fazer pedagógico foi explicitamente revelada durante a avaliação que a docente promove do seu trabalho, junto aos alunos, ao final de cada semestre. Vários discentes sinalizaram esse estudo de caso da Toyota, como uma oportunidade que lhes foi dada de refletir sobre o Toyotismo, no contexto econômico-político, nacional e internacional, daquele momento de implantação da fábrica. Apontaram que o caso permitiu atualizar suas discussões sobre os processos de “reestruturação produtiva” (ANTUNES, 2006, 2007) ocorridos no mundo do trabalho, nas últimas décadas, no Brasil e no mundo todo, sobre o papel do Estado Brasileiro nesses processos e os impactos disso tudo na gestão contemporânea de pessoas. Para a professora foi uma oportunidade de aprender como instrumentalizar o aluno com relação às técnicas, conceitos e políticas de gestão de pessoas para as organizações, estabelecendo os pressupostos ontológicos, filosóficos e sociológicos dessas concepções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem é construído por docente e discente em uma relação de mútua transformação. No cenário destas primeiras décadas do século XXI, esta condição é ainda mais evidente e está marcada pela intensificação dos fluxos de informação e acesso, altamente facilitado, a conteúdos e formatos diversificados. De igual forma, vivencia-se uma tendência a (des)construir paradigmas, inclusive sob uma perspectiva mais holística e sistêmica.

Nesse contexto, a assimilação do caso como dispositivo que promove o contato com a realidade, tão necessário nas CSA, também está em transformação. Sua apropriação criativa parte de reconhecer as possibilidades abertas pelas TICs, não apenas enquanto a interação para além da materialidade da sala de aula, mas também, e talvez, muito mais, na aproximação a conteúdos e realidades diversas, o que de fato enriquece a discussão, a reflexão e a busca criativa de alternativas. Por isto, enquanto o trabalho interdisciplinar continuar sendo um desafio pouco materializado, o trabalho com casos, mediante uma postura transdisciplinar do docente, pode

contribuir para integrar e valorar os conteúdos das diversas áreas e desde diversas perspectivas.

Da mesma maneira, as potencialidades do aprendizado pelo MdC podem passar despercebidas, como o fato do caso contribuir para que o aluno do curso de graduação das CSA adquira autonomia para ser capaz de produzir, e não somente de consumir, o conhecimento. Esse pode ser um caminho para a superação da dicotomia graduação versus pós-graduação que caracteriza o ensino superior brasileiro, quando reconhece a pós-graduação como o espaço “legítimo” de produção de conhecimento e relega à graduação a função de exercer a “educação bancária”.

Nesse sentido, as três experiências de docentes da UNEB, relatadas nesse trabalho, revelaram a importância da autonomia dos agentes dos cursos das CSA, no que tange à prática do estudo de caso, na sala de aula e como essa prática docente moveu-se sempre para o respeito pelo aluno e busca de sua autonomia. Com base nas experiências referenciadas, podem ser corroboradas (e confirmadas outras) as características do desenvolvimento de casos identificadas na parte 3 desta abordagem. Entre tais destacam-se: a) potencialização da autonomia nos processos de conhecimento; b) valorização do sujeito em formação no exercício de papéis e tomada de decisões; c) d) compreensão do teórico a partir de situações práticas; e) motivação e busca de entendimentos a partir das realidades analisadas; f) estímulo à discussão argumentação e contra argumentação em sala; g) fortalecimento ou empoderamento dos sujeitos em processo de formação; h) possibilidade de superação do denominado “pensamento único” ou visões dicotômicas de certo/errado; i) promoção de princípios e valores e posturas éticas; j) desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe; k) incentivo de atitudes de coerência, responsabilidade, transparência, pertinência, compromisso.

De forma geral, entende-se que, assim como o método de caso, ou caso didático, precisa de certa maturidade acadêmica, também seu desenvolvimento contribui para alavancar, estimular e assimilar a maturidade na atuação profissional. A antecipação dos assuntos, ambientes ou situações com as que se encontrará no exercício de sua função profissional e nas quais, direta ou indiretamente, serão demandadas decisões, estimula o formado a se posicionar no seu próprio processo de formação.

Em especial, como aprendizado para as docentes, cabe destacar a importância da definição e divulgação antecipada de objetivos e resultados esperados com o desenvolvimento do caso, assim como, a possibilidade de fazer a avaliação do processo por parte de todos os envolvidos como reflexão e qualificação dos processos coletivos.

A interação em ambientes complexos para a avaliação de problemas e conflitos e o equacionamento destes, sem esquivá-los ou evadi-los, usando de habilidade de negociação e tomada de decisões, é um ganho concreto tanto para discentes quanto para docentes no seu processo freiriano de aprendizado.

O caso é um espaço importante de encontro dos sujeitos em processo de permanente aprendizagem. Contribui para assimilar a realidade na sua complexidade, abre espaço para o pensamento heterodoxo e pouco convencional, o que também implica novos desafios para a docência. Constitui a possibilidade de se enriquecer o frente a frente, treinar o raciocínio rápido, o argumento olho no olho que dificilmente se pode propiciar nos esquemas de educação à

distância.

Contudo, o trabalho pedagógico com casos, método de caso ou caso didático não pode se considerar a única possibilidade de vincular teoria e realidade, inclusive no âmbito das CSA, onde a abertura e sintonia dos docentes e discentes com as problemáticas conjunturais e estruturais demandam um compromisso de permanente atualização. Nesse sentido, também surge a necessidade de tratamento específico das práticas pedagógicas e a capacitação dos docentes das Ciências Sociais Aplicadas.

Ainda dentre as projeções desta contribuição registram-se sugestões relacionadas com a necessidade de promover encontros pedagógicos específicos na área das CSA e de criar redes e espaços de intercâmbio de experiências, inclusive com a possibilidade de construir uma base de dados, seja sobre casos ou sobre outras práticas pedagógicas. Considera-se que as TICs hoje, constituem uma ferramenta que pode ser usada para essas trocas e novos aprendizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cacilda; OSÓRIO, Joaquim & MENDOÇA, Ricardo. **Novo Olhar Pedagógico para as Ciências Sociais Aplicadas**: a experiência da disciplina de Contabilidade Gerencial à luz da Teoria da Flexibilidade Cognitiva aplicada às Ciências Contábeis. Recife: UFPE [2008?]. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/C-Andrade_J-Ferreira_J-Mendonca_Novo-Olhar-Pedagogico.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Trabalho X Capital: “berrar não adianta”. **Caros Amigos**, São Paulo, ano X; n. 120, p. 18-21, mar. 2007 (Entrevista concedida a Juliana Sassi).

ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de; REJOWSKI, Miriam. LEAL, Sérgio Rodrigues. Uso de casos para ensino em turismo: Estratégia de ensino-aprendizagem para a formação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 6(1), pp. 109-126, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/459/506>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CESAR, Ana Maria. Método do estudo de caso (Case Studies) ou método do caso (Teaching cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em Administração. **Revista Eletrônica Mackenzie de Casos**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/home0.html>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Casoteca de Gestão Pública**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em <<http://casoteca.ena.gov.br/>>. Acesso: 28 mai. 2018.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 31 mai. 2018.

FARIA, Marina; FIGUEIREDO, Klebler. Casos de ensino no Brasil: análise bibliométrica e orientações para autores. **Rev. adm. contemp. [online]**. 2013, vol.17, n.2, pp.176-197. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v17n2/04.pdf>>. Acesso em: 31 de mai. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Andréa de Oliveira; BILHIM, João Abreu de Faria (Orgs.). Casos de Ensino Em Administração Pública - Brasil – Portugal. São Paulo: Atlas, 2012.

IKEDA, Ana.; VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tânia.; CAMPOMAR, Marcos. O caso como estratégia de ensino na área de Administração. **Revista de Administração - RAUSP** 41 (Abril-Junio) 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417482003>> Acesso em: 26 de mai. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 114-145.

LIMONGI, Bernadete et al. A contribuição das ciências exatas às ciências sociais aplicadas: estudo no curso de ciências contábeis. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 59, 2, 2012. (s/p). Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MACHADO-PINTO, Jessé; MEDINA-VELASCO, Miriam; PIRES, Regina. Cidades da Bahia e Educação Superior na perspectiva das políticas públicas: o caso da UNEB. In: **Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**. Salvador: Rede COM, 2009. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3702>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MANZIONE, Sidney. A Galinha Azul: Posicionamento e personagem numa multiplataforma. In: ESPM. **Central de Cases**. Rio, ESPM, 2012. Disponível em: <http://www2.espm.br/sites/default/files/a_galinha_azul_0.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso. Uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDINA-VELASCO, Miriam. Práticas de ensino em coerência e compromisso com a realidade: Uma questão urgente nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas. In: SILVA, Francisca de Paula; et al. (orgs). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: Eduneb, 2013, pp. 14-17.

MEJÍA, Omar.; GARCÍA, Ananias.; GARCÍA, Gregory. Técnicas didácticas: Método de caso clínico con la utilización de video como herramienta de apoyo en la enseñanza de la medicina. **Rev. Univ. Ind. Santander. Salud**; v. 45 n.2, 2013 (pp. 29-38). Disponível em <<http://www.redalyc.org/>

html/3438/343833960005/>. Acesso em: 26 mai. 2018.

MIGUELES, Carmem. **Pesquisa:** Por que os administradores precisam saber disto? São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco. 2000.

MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (org.) **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78.

PEREIRA, Marcos Villela. O lugar da prática na globalização da educação superior. **Educação em Revista** UFNG, vol 27 n. 3, 2011, pp. 109-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 mai. 2018.

PIRES, Regina.; MACHADO, Jessé.; MEDINA-VELASCO, Miriam. **A prática profissional do administrador:** atuação dos egressos do DCH – I / UNEB– Salvador, 2014. [Relatório da pesquisa].

RODRIGUES, Horácio Wanderlei.; BORGES, Marcus Vinícius Motter. O método do caso na educação jurídica. **Revista Quaestio Iuris**. vol. 09, nº. 03, Rio de Janeiro, 2016. pp. 1363-1388. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19979/17940>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

ROESCH, S. M. A., FERNANDES, F. Como escrever casos para o ensino da Administração. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Hellen. **Ilha das Cinzas: um laboratório de tecnologias ambientais na Amazônia**. Rio: Globo, 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2018/03/ilha-das-cinzas-um-laboratorio-de-tecnologias-ambientais-na-amazonia.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SANYAL Bishwapriya. Planning Sensibilites for Effective Practice. In: **La Enseñanza de los Estudios Urbanos y Regionales**. Bogotá: Ed. Universidad del Rosario y Unipiloto. 2015. pp. 3-13.

SAUL, Ana Maria & SAUL, Alexandre. O Saber/Fazer Docente no Contexto do Pensamento de Paulo Freire: contribuições para a Didática. **Cadernos de Pesquisa**, v. 24, n. 1, p. 1-14, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/6800/5149>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SORDI, Mara Regina de. A avaliação e seu potencial inovador nos processos de formação na área de ciências sociais aplicadas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 15, 2003 (pp. 75-87). Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/298>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

STUCKEY, Roy et al. Melhores práticas para métodos de ensino não-experimentais. **Cadernos FGV Direito Rio** n. 3. 2010. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie. **Remac – Revista eletrônica Mackenzie de Casos**. São Paulo: UPM, 2012. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/home0.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

VALLEJO, Claudio. Método de Caso: una estrategia metodológica utilizada en un curso de taller del medio ambiente en la carrera de pedagogía en ciencias. In: VALENZUELA, Blanca et. al. (coord.) **Educación y Universidad ante el Horizonte 2020**. Sonora: Qartuppi, 2017. (pp. 89-96). Disponível em <http://www.qartuppi.com/2017/HORIZONTE_2.pdf#page=89>. Acesso em: 26 mai. 2018.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Kamilla Penido de Mello Souza

kamilla.penido@gmail.com

Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade Adventista Integrada de Minas Gerais-Lavras/MG (2017). Cursando pós-graduação em Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Tem experiência na área de Administração.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

ENDOMARKETING E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CRISTÃ NO SUL DE MINAS GERAIS

RESUMO

Na atualidade as instituições de ensino adquiriram todas as características de um negócio como qualquer outro. Nesse sentido, as instituições de ensino superior (IES) necessitam envolver e comprometer todos que têm ligação com a instituição. O presente estudo teve por objetivo avaliar as variáveis políticas de endomarketing, em uma instituição privada de ensino superior, na cidade de Lavras, Minas Gerais. A investigação foi por meio de um estudo de caso, através de pesquisas bibliográficas e entrevistas semiestruturadas, com o diretor acadêmico, alunos, professores e funcionários. No que diz respeito às ações realizadas pela empresa os colaboradores mostraram-se conhecedores da sua responsabilidade na realização dos objetivos da instituição e dos meios de motivação e valorização. Os resultados ainda apontaram que a instituição busca fortalecer sua marca através de uma filosofia cristã, e que essa crença é partilhada e mantida por seus membros. Concluiu-se com este trabalho que o endomarketing, quando bem empregado, possui um grande potencial de desempenho a favor das IES.

Palavras-chave:

Endomarketing. Marketing Interno. QVT.

SOUZA, Kamilla Penido de Mello. **Endomarketing e qualidade de vida no trabalho: estudo de caso em uma instituição de ensino superior cristã no sul de Minas Gerais.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 28 - 39, abr. 2019.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente conta com um amplo e descentralizado sistema de educação superior. De acordo com o levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), atualizado em outubro de 2016, há 298 instituições públicas de ensino superior e 2070 privadas no país. No ranking da Times Higher Education (THE) de 2016, o Brasil é o país com maior número de instituições representadas pelo ranking, são 23 universidades brasileiras entre as 50 latino-americanas mais bem classificadas pela THE.

Com esse mercado cada vez mais competitivo as instituições vêm buscando tornarem-se cada vez mais competentes em seu processo administrativo, almejando melhores resultados no mercado em que atuam. Atualmente, o capital humano está sendo visto como um diferencial entre as organizações. Para estreias as relações do cliente interno com as organizações, as empresas instituem ações voltadas para satisfação e valorização do funcionário (KOTLER, 1994).

Na atualidade as instituições de ensino adquiriram todas as características de um negócio como qualquer outro. Nesse sentido, as instituições de ensino superior (IES) necessitam envolver e comprometer a todos que tem ligação com a instituição. Uma instituição com orientação no endomarketing concentra-se na satisfação das necessidades de seus públicos e reconhecem que bons funcionários são peças chaves para a obtenção dos objetivos.

O Endomarketing vem sendo apresentado como uma alternativa moderna para aumentar o comprometimento dos empregados com os objetivos das organizações. (BEKIN, 1995). Para Brum (2000) o endomarketing fortalece e aumenta as relações internas e o comprometimento do colaborador ocasionando a maior satisfação e conseqüentemente a melhoria dos resultados da empresa.

O presente estudo teve por objetivo avaliar as variáveis políticas de endomarketing, em uma instituição privada de ensino superior, sem fins lucrativos na cidade de Lavras, Minas Gerais, especificamente relacionadas à satisfação, motivação e bem-estar no trabalho. Para tanto, o trabalho está organizado em cinco partes: esta introdução (1); referencial teórico sobre o tema (2); métodos (3); resultados obtidos (4); e conclusão (5).

2. REFERENCIAL TEORICO

1.1 ENDOMARKETING

O termo "endomarketing" surgiu devido à crescente necessidade de relacionamento da organização com seus clientes internos. Seus fundamentos foram desenvolvidos pelo consultor e professor Saul Faingaus Bekin em 1995, se tornando um dos novos conceitos que abrange o marketing

moderno e é voltado para a solução de grandes questões problemáticas que envolvem as relações internas das empresas com seus colaboradores e diversos setores (BEKIN, 1995). Ao tratar deste tema, Kotler (2000) apresenta este mesmo conceito como marketing interno, definindo como uma estratégia de valorização que envolve contratar, treinar e motivar colaboradores capazes de atender bem os consumidores.

Neste sentido, o endomarketing ou marketing interno é uma estratégia voltada ao ambiente organizacional interno, utilizando-se recursos de atendimento aos colaboradores para aumentar a capacidade de uma organização em desenvolver uma cultura na qual os recursos humanos são totalmente desenvolvidos e utilizados de maneira eficiente. Uma força básica que busca o fortalecimento, a sustentabilidade e o sucesso de uma estratégia de serviços (BEKIN, 1995).

Já na concepção de Brum (2000, p.22) o objetivo do endomarketing consiste em proporcionar ao funcionário educação, carinho e atenção, tornando-o bem preparado e bem informado para que possa ser uma pessoa criativa e feliz, com capacidade de surpreender, encantar e entusiasmar o cliente. Permitindo desta forma, o envolvimento das pessoas para o fortalecimento das relações no ambiente de trabalho e fornecendo uma boa imagem da empresa diante os colaboradores (BARTH e NEGRI, 2012).

Segundo Kotler (1994), as organizações vêm buscando tornarem-se cada vez mais competentes em seu processo administrativo, almejando melhores resultados no mercado em que atuam. Mediante tal necessidade, elas passaram a investir em ações que mobilizem os colaboradores na direção do cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Ainda de acordo com Kotler (1994), as empresas estão compreendendo que o seu grande diferencial está no atendimento prestado pelo público interno. No entanto, Brum (2010) acredita que o grande desafio das empresas está na inclusão do cliente interno como elemento decisivo para o êxito de um processo e, conseqüentemente, conseguir criar o desejo em cada um dos colaboradores de se envolverem nos objetivos e conceitos da organização. Dessa forma, Chiavenato (1999) afirma que as organizações precisam melhorar seu processo de captação e seleção de pessoal, promovendo importantes resultados para as empresas e as pessoas.

Dessa forma, Oliveira, Aquino e Silva (2016), defendem que o uso estratégico do endomarketing baseia-se na necessidade das empresas em se manterem harmoniosas, com funcionários satisfeitos envolvidos com os objetivos da organização, refletindo para o mercado consumidor uma imagem empresarial forte, estável, de qualidade e excelência em atendimento.

2.2 SATISFAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Diante de um mercado extremamente competitivo e globalizado o conceito de satisfação e qualidade de vida no trabalho são fundamentais para oferecer um serviço mais eficaz ao cliente externo (BARROSO, 2016). Para Suzuke e Morés (2016), a QVT é o nível de satisfação que o

funcionário apresenta com suas atividades exercidas no ambiente corporativo. Nestes termos, Kurogi (2008), afirma que a qualidade de vida no trabalho vem gradualmente expandindo-se nas organizações, principalmente pelo fato de valorizar as pessoas como meio de obter vantagem competitiva.

Conforme Rodrigues, Freitas e Schmorantz (2002), a QVT visa estudar a satisfação e as motivações dos indivíduos em um ambiente de trabalho. A pesquisa a respeito da QVT objetiva focalizar o trabalhador, propondo à ele melhoria nos rendimentos operacionais, melhor ambiente de trabalho, permanência na organização e melhores condições de trabalho (KUROGI, 2008).

Assim, Spector (2002) defende que a satisfação no trabalho corresponde a uma atitude que reflete como uma pessoa se sente com relação ao trabalho de forma geral e em seus vários aspectos. No entanto, Taylor (1947) diz que a satisfação no trabalho advinha exclusivamente por recompensas salariais. Em outra visão, Martins (2006) garante que a satisfação no trabalho implica em vários aspectos intelectuais dos indivíduos, tais como: as crenças, valores e moral, até os contextos mais complexos, que se referem ao ambiente onde o indivíduo realizam suas atividades.

A satisfação no trabalho está relacionada com o quanto os desejos, necessidades e expectativas dos clientes internos estão sendo supridos. As organizações necessitam de colaboradores que estão dispostos a compartilhar de maneira positiva as experiências vivenciadas por ele (MACEDO; BEVILACQUA, 2012). Benke e Carvalho (2011) afirmam que a QVT busca minimizar os efeitos negativos do trabalho, como forma de aumentar a produtividade, o bem-estar e a segurança. De acordo com os autores, o retorno para as organizações não será apenas rentável, mas, sobretudo a satisfação dos seus próprios colaboradores.

Ao tratar deste tema, Chiavenato (1999, p.391) enfatiza que para alcançar níveis superiores de produtividade e qualidade, as empresas necessitam de pessoas motivadas e que participem ativamente nos trabalhos que executam. Nesta mesma corrente de pensamento, Macedo e Bevilacqua (2012) afirmam que a força transformadora de uma empresa são as pessoas, elas são as responsáveis pela inovação da empresa.

2.3 ENDOMARKETING NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Devido às grandes mudanças no cenário global às instituições educacionais, tanto as Universidades quanto as Faculdades, precisaram se empenhar e repensar em métodos inovadores para ampliar a demanda de ensino (STEINK, 2010; REINERT N.; REINERT C., 2004). De acordo com Faleiro (2013) as instituições educacionais precisam compreender que o marketing é uma ferramenta estratégica fundamental para o seu desempenho e visibilidade no mercado, garantindo sucesso em seu processo de captação e diferencial perante as concorrentes.

Julga-se importante mencionar que para Kotler (2000), de nada adianta fazer um excelente marketing externo sem antes a empresa estar preparada para fornecer seus produtos ou serviços.

O autor ainda afirma que o marketing interno faz parte do sucesso das operações, pois, auxilia na comunicação e favorece a empresa na superação das resistências as mudanças.

Barroso (2016) ainda destaca que as ações de endomarketing ou marketing interno quando bem empregadas, favorecem na motivação, no compromisso e no entusiasmo dos colaboradores e, conseqüentemente, atingir bons resultados, garantindo a permanência dos alunos nas instituições. Para o autor pode ser realizados através de benefícios, incentivos a continuidade da formação acadêmica, relacionamento com a comunidade, atender as exigências governamentais, entre outros.

Nas Instituições de Ensino Superior todo o corpo educativo e os gestores devem se comprometer com a missão da instituição, sendo profissionais envolvidos e focados no modelo de gestão baseados no foco da aprendizagem e desenvolvimento do aluno. O endomarketing implica no reconhecimento do professor dentro e fora da instituição, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional e humano, indispensável ao bom atendimento ao aluno (FALEIRO, 2013).

Nos estudos de Reinert N. e Reinert C. (2004), no que diz respeito ao contexto da instituição de ensino revelou a existência de diversos públicos alvos de marketing: professores, estudantes, funcionários administrativos e comunidade. Revela ainda que o a relação entre eles deveria ser percebida como clientes e fornecedores, onde o pensamento não permaneça fixo somente na educação, mas também no desenvolvimento e transformação.

Ramezali (2003) destaca que a história e a identidade da instituição influenciam fortemente sobre a maneira como os funcionários realizam suas atividades. O autor complementa que a adoção do marketing interno no ambiente das IES, requer o incentivo e a obtenção da lealdade dos colaboradores, pois a lealdade é uma referencia para a aceitação interna.

Sarquis, Todolo G., Todolo P. e Matos (2017) analisaram a pratica de marketing interno no setor de instituição de ensino superior, com um estudo exploratório e de cunho quantitativo. Os resultados apresentados por eles indicam que a estratégia do marketing interno, no âmbito das instituições de ensino superior, requer clareza das responsabilidades das áreas da educação, necessidade de um modelo de avaliação dos resultados das estratégias e necessidade de incentivar a participação dos coordenadores na definição das ações de marketing interno da instituição. Vasconcelos (2005) declara que reconhecer o empregado como um parceiro faz parte dos meios necessários no alcance dos objetivos estratégicos.

Cervi e Froemming (2017) analisaram o processo estratégico do endomarketing em uma organização de ensino superior. Os resultados apontam e reforçam que o desempenho das estratégias de marketing interno depende do adequado planejamento, organização, direção e controle do processo de implantação, e que há necessidade de envolver e desenvolver o público interno.

3. METODOLOGIA

O presente estudo consiste na investigação da questão dos processos e da organização e suas práticas de endomarketing nas instituições de ensino superior. Buscando explorar diversos pontos de vistas sobre o assunto e mostrar a existência de uma estratégia de valorização do colaborador.

Adotou-se a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. De acordo com Soares (2003) uma avaliação qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. A estratégia utilizada, estudo de caso, pois objetiva descrever uma situação em um contexto único (YIN, 2010).

Quanto aos fins, a pesquisa será descritiva. Conforme Oliveira (1943) o estudo descritivo permite ao pesquisador extrair da melhor maneira os diversos fatores e elementos que determinado fenômeno possua. Visando levantar opiniões, atitudes, expectativas dos entrevistados.

Quanto aos meios, optou-se pela análise bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Bibliográfica, porque se utilizou, na pesquisa material de vários autores, por meio de livros e artigos. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro semiestruturado, pois permite maior profundidade das respostas (DEMO, 1995)

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 13 (treze) entrevistados vinculados a instituição, sendo: o diretor acadêmico, três alunos, três funcionários administrativos e seis professores que lecionam nos diversos cursos da instituição. Alguns dados foram interpretados de acordo com os critérios propostos por Bekin (1995), para avaliar se há uma política de endomarketing na instituição, e coletados no mês de setembro de 2017.

Para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as) serão identificados(as) por entrevistado(a) R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11 e R12, mantendo em sigilo os nomes dos respondentes e da instituição estudada. Será adotado o gênero masculino para se referir aos(às) respondentes. Serão transcritos de maneira literal alguns trechos considerados importantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A IES em estudo é uma instituição privada, localizada no sul do estado de Minas Gerais. Atualmente, possui 47 funcionários, entre docentes, técnicos administrativos e de suporte, e 441 alunos. Possui 112 instituições pelo mundo, sendo que sete concentra-se no Brasil. O modelo educacional é baseado em uma filosofia cristã de educação. A IES foi fundada em 2000, com apenas dois cursos: administração e ciências contábeis. E atualmente conta com mais dois cursos: pedagogia e publicidade e propaganda.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na instituição pesquisada o diretor acadêmico é o responsável por realizar as seleções. Em entrevista, o diretor acadêmico pondera que a instituição busca profissionais que compartilhem da mesma filosofia que ela e/ou possui um título maior, e que esteja mais próximo da filosofia.

Foi questionado também se o corpo docente e funcionários administrativos têm conhecimento da missão, visão, valores e objetivos da instituição e se estão sendo empregados. Neste aspecto, a instituição procura transmitir para aos funcionários sua missão, sua razão de ser, os funcionários entendem qual é o papel da instituição. Estas constatações são evidenciadas nos relatos a seguir:

“[...] Compartilho da mesma fé que a instituição aqui também trabalha então os valores que eles é... tem aqui na faculdade, são valores dos quais eu também né, considero como os principais para minha vida[...]” (Entrevistado R1)

(Estão sendo empregados) “[...]Ah eu acho que consegue dentro das limitações, né lógico, porque assim é... existe né... vai existir aqueles que receberão isso de bom grado e aqueles que serão resistentes, então eu acho que aquilo que depende dela eu acho que sim, eu acho que ela contribui muito, faz um papel muito importante para a sociedade [...]” (Entrevistado R9)

“[...] sim, e é uma coisa que eu acho muito bacana, né nós temos quadros em todas as salas né que tem a missão, visão, valores da instituição até que para os professores tenham acesso, mas para que os alunos também tenham acesso, né é importante esse conhecimento dessa... temática, então é super transparente[...]” (Entrevistado R12)

Sendo assim, percebe-se que esta IES pratica um dos principais passos do endomarketing, uma vez que Bekin (1995) afirma que os valores centrais das IES são intensamente mantidos e amplamente partilhados, gerando no público interno uma fonte de força e comunica o que ele pode esperar da instituição.

Ainda em entrevista com o diretor acadêmico foi levantado à questão da motivação e valorização dos colaboradores. Obteve-se que a instituição trabalha com planos de carreira, que é homologado no ministério do trabalho, que abrange: tempo de “casa”, titulação acadêmica e regime de trabalho; onde o colaborador trabalha em tempo integral e tem dedicação exclusiva (TIDE) à instituição, passando anualmente por uma avaliação, para acompanhamento do desenvolvimento.

Os entrevistados R3, R4, R6, R7, R8, R9 foram questionados se conseguem perceber se há algum sistema de motivação e/ou estímulo. Quatro deles, sendo dois professores e dois funcionários administrativos, conhecem e citaram algumas ações que eles percebem dentro da empresa, dentre eles estão plano de carreira, incentivo a aperfeiçoamento profissional, bônus por tempo de empresa, confraternizações e flexibilidade.

“[...] tem sim principalmente plano de carreira esse mês/ ano recebi aumento... 6 anos de casa[...]” (Entrevistado R3)

“[...] olha é até um pouco assim complicado a gente falar especificamente o que, mas eles trabalham muito assim na questão da... de satisfazer alguma necessidade. Eu percebo mais quando a gente comenta alguma coisa é quando você fala: Ah eu precisava mudar meu

horário de trabalho, alguma coisa eles tem muita abertura pra isso... Plano de carreira eu não tenho ciência, é não tenho nenhum conhecimento em relação a isso, é então eu não vejo alguma coisa assim muito específica, pra eu falar que a empresa faz isso faz aquilo pra motivar não, mas eles tem muita é... consideração então tudo que a gente as vezes comenta que eles percebem, que a gente precisa, eles tem essa abertura de ajudar eu acho isso importante[...]" (Entrevistado R7)

Dessa forma, percebeu-se que a IES faz uso da ferramenta de valorização dos funcionários, indo ao encontro da afirmação de Bekin (1995), de que o envolvimento do funcionário está atrelado com o seu processo de valorização.

Buscou-se também avaliar a forma como esta IES avalia, ouve e se comunica com os seus clientes, ou seja, a forma como realiza seu *feedback*. Constatou-se, a partir da entrevista com o diretor acadêmico, que há alguns canais para os clientes internos exporem suas opiniões, dúvidas, sugestões, reclamações e necessidades. Dentre eles está a Comissão Própria de Avaliação (CPA), onde há indicadores de desempenho bem definidos e um instrumento/metodológico de mensuração dos resultados. Afirma Bekin (1995) o *feedback* dos clientes reúne elementos necessários para se criar um modelo de qualidade ideal de serviço.

Para os entrevistados R4 e R8, a relação entre os superiores e funcionários é bastante próxima o que possibilita a conversa, dando abertura para os funcionários expressarem seu posicionamento. O entrevistado R6 também concorda com os colegas de trabalho, pois afirma que a própria cultura da instituição possibilita que o funcionário tenha liberdade para expressar sua opinião. Contudo, alguns respondentes (Entrevistado R1, R3 e R9) expressaram que em algumas ocasiões não se sentem a vontade para exporem suas opiniões, por se tratar de processos muito enraizados da instituição.

Conforme Bekin (1995), o *feedback* tem que constituir um processo do cotidiano da empresa, e deve proporcionar um contato direto entre as partes envolvidas. A instituição possui um canal próprio de avaliação do serviço prestado, o qual visa obter dos alunos uma avaliação desses serviços, no qual serve de *feedback* para os professores. (Entrevistado R1, R3, R7, R9 e R12). De acordo com o diretor acadêmico: "os professores conseguem visualizar através dos resultados obtidos da CPA seu nível de desempenho em relação às turmas e, também, o seu desenvolvimento em comparação aos outros professores". Estas constatações são evidenciadas nos relatos a seguir:

"[...] ele tem mais de uma maneira, tem uma maneira que aquela (cita o nome de uma pessoa) faz né daquela avaliação com os alunos da CPA e tem também internamente dos coordenadores, então a gente sabe como é ... como a gente tá em relação as turmas, né e tudo e... tem o feedback que também é muito importante dos próprios alunos né. Que eles também... pelo falar deles a gente percebe como a gente tá com eles também [...]"(Entrevistado R1)

"[...] geralmente mais é pessoalmente, eles tem a avaliação também CPA, é depois a gente recebe e tem o resultado final. Mas é...eu até acho que a CPA não resolveria muito, porque já passou o semestre então, se um aluno as vezes tem alguma insatisfação acabou, as vezes eu não vou ser professora dele mais né... mas eles (alunos) tem essa comunicação durante o semestre, tem a questão da ouvidoria então é...as vezes o aluno acha que a ouvidoria é pra reclamar do professor, eu não vejo dessa forma é pra resolver um problema, tanto que

eles as vezes já tem a mania de já ir direto na ouvidoria antes de falar com o professor e o objetivo da ouvidoria é resolver um problema que as vezes não foi sanado entre o professor e aluno né... e a gente tem esse retorno da direção... da coordenação [...]” (Entrevistado R7)

Com relação aos canais de comunicação interna, os depoimentos dos entrevistados 2, 3 e 6 classificam como sendo bons, porém não excelentes, na maioria das vezes as informações são passadas informalmente (boca a boca) e chega no tempo hábil. Segundo os entrevistados R4, R8, R7, R9 e R12 os principais meios de comunicação são o e-mail, em alguns setores o whatsapp, reuniões mensais e telefone.

Conforme entrevista com o diretor acadêmico além dos canais de comunicação a instituição adota alguns eventos internos, para aproximação tanto dos funcionários quanto dos alunos.

Conforme destaca Faleiro (2013), é imprescindível que haja um processo de aprendizagem, para que se possam compreender os valores importantes para cada envolvido, e o principal elemento desse processo é a troca de valores da instituição para com o aluno, e do conjunto de experiências vividas pelos alunos que serão transferidos para a instituição.

Ainda em entrevista com o diretor acadêmico, apontou que instituição possui como objetivo: oferecer excelência em educação, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Procurando sempre manter a filosofia cristã de educação, desenvolvendo nos alunos potencialidades físicas, intelectuais, sociais e espirituais. Na IES estuda há incentivo à participação de eventos, estágios e projetos para o crescimento do aluno. Possui investimentos em novos recursos em infraestrutura e tecnológico, para a formação de profissionais éticos e com princípios cristãos.

Neste ponto, em entrevistas com alunos, foi questionado quanto à qualidade do corpo docente e do plano de ensino adotado pela instituição. A instituição estudada possui grandes profissionais, com muito boas experiências, porém existem aqueles que não possuem uma boa didática de ensino (Entrevistado R5). Para os entrevistados R5, R10 e R11, a instituição possui algumas disciplinas que não estão diretamente ligadas ao curso, o que para eles poderiam ser trocados por matérias mais proveitosas ou serem de caráter complementar, não sendo obrigatórias.

Considera-se que uma boa educação demanda levar o conteúdo para além das salas de aula. Neste contexto, ainda em entrevista com os respondentes R5, R10 e R11, alguns eventos organizados pela instituição possui um conteúdo pedagógico de qualidade que condiz com o curso, e com ótimos palestrantes. Possui também, ações sociais que buscam envolver os alunos.

Por último, foi questionado sobre os fatores que os levaram a escolher a instituição estudada. Para o entrevistado R10, os motivos que o levou na escolha da instituição foram: a indicação de outros alunos - “ex-alunos bem colocados no mercado de trabalho”-, a grade curricular era melhor em comparação com as outras instituições, o preço era bem mais em conta e a qualidade de ensino era a melhor e, também o conceito de reconhecimento MEC - em comparação com as outras instituições privadas, que se iguala com a classificação da instituição pública da cidade. Além do diferencial no processo educacional, que considera o físico intelecto e espiritual, formação mais “humana”. (Entrevistado R5 e R11)

5. CONCLUSÃO

Com o intuito de analisar o cenário real, esse artigo buscou atender e analisar as políticas de endomarketing adotadas por uma instituição privada de ensino superior. Com base nos resultados aferidos seria justo afirmar que a IES estudada é, no geral, um bom local de trabalho. A instituição pareceu empenhada em fornecer um produto-trabalho satisfatório para aos seus clientes internos.

Pode-se considerar que, em termos globais, as dimensões referentes ao comprometimento, desenvolvimento profissional, relacionamento com os superiores hierárquicos, identificação com a instituição, avaliação e desempenho dos professores e relacionamento interno são percebidas de maneira positiva. É fundamental que os colaboradores sintam-se seguros no ambiente de trabalho, para que possam assumir responsabilidades e tomar decisões, e que essas ações influenciem positivamente o atendimento oferecido aos alunos.

Em relação à contribuição das estratégias de endomarketing, os resultados revelaram que a instituição costuma avaliar a eficácia do seu produto-trabalho prestado, dispondo de indicadores bem definidos e instrumentos de interpretação bem qualificados. Sendo assim, gradativamente a prática do endomarketing deixa de ser vista como custo e passa a ser investimento para as organizações se tornarem mais competitivo e voltado para atender a necessidade dos seus públicos internos.

Destaca-se, também, a performance educacional da IES estudada. As entrevistas realizadas revelaram que a infraestrutura disponível, o plano de ensino e o desempenho dos professores são muito bem avaliados pelos alunos. De certa maneira, essa conclusão é reforçada pelo conceito obtido pela IES junto ao MEC.

O que se buscou evidenciar com este trabalho é que o endomarketing, quando bem empregado, possui um grande potencial de desempenho a favor das IES. Pois, alinhando os objetivos institucionais e o indivíduo é possível criar uma cultura de serviços evidenciando a importância do cliente externo para a organização.

O trabalho em apreço apresenta limitações. A maior delas diz respeito ao próprio método de estudo de caso único. Dessa forma, os resultados não podem ser generalizados para outras instituições. Assim, sugere-se que futuras investigações sejam realizadas com outras instituições cristãs para que seja possível ter maior abrangência nos resultados. Sugere-se também que sejam realizados estudos multicase, permitindo assim a comparação entre instituições com a mesma filosofia.

Por fim, percebe-se que todas as ações realizadas pela empresa no que diz respeito aos funcionários, mostraram-se conhecedores da sua responsabilidade na realização dos objetivos da instituição e dos meios de motivação e valorização. Os resultados dos estudos apontaram que a instituição busca fortalecer sua marca através de uma filosofia cristã, e que essa crença é partilhada e mantida por seus membros. O que neste ponto, pode-se dizer que o objetivo do endomarketing é atingido pela instituição, pois há o alinhamento estratégico da instituição com os objetivos e metas organizacionais.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Mauricio. NEGRI, Adriana de. Endomarketing: o desafio de fidelizar o cliente interno. **Revista temática**. Ano VIII, n. 01. [s.l.],2012
- BARROSO, Terezita Pereira Braga. **Orientação para o mercado interno nas instituições de ensino superior**. Tese de doutorado. Universidade de Trás-os-montes e alto Douro. Vila Real, 2016.
- BEKIN, Saul Faingaus. **Conversando sobre endomarketing**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BENKE, M.R.P; CARVALHO, Élcio. **Estresse e qualidade de vida nas organizações**: um estudo teórico. Disponível em: <<http://www.faculdadeobjetivo.com.br/arquivos/Estresse.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.
- BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing de A a Z: como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa**. São Paulo: Integrare Editora, 2010.
- BRUM, Analisa de Medeiros. **Um olhar pelo marketing interno**. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- CERVI, Cleber; FROEMMING, Lurdes M. S. Afinal, o que é endomarketing?Estudo das estratégias de endomarketing de uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul. **Revista de administração IMED**. v.7, n.1, p. 114 -136.Passo Fundo, 2017.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1995.
- DWIH-SP. Centro Alemão de ciência e inovação. **Brasil universidade**. Disponível em: <<http://dwh.com.br>> Acesso em: 01 out. 2017.
- KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER, Philip. FOX, Karen F.A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.
- KORUGI, Marcia S. Qualidade de vida no trabalho e suas diversas abordagens. **Revista de ciências gerencias**. v. XII, n. 16, p. 49- 61.São Paulo, dez. 2008.
- FALEIRO, Regina Bandeira. **Endomarketing: estratégia sistêmica para a gestão escolar**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário La Salle – Unilasalle. 2013.
- STEINKE, Estela. **O Endomarketing na cultura organizacional de uma instituição de ensino superior (IES)**: O caso URI-Santo Ângelo- RS. Dissertação de Mestrado. Ijuí, 2010.

MARTINS, M.C.F.; SANTOS, G.E. Adaptação e validação de construto da Escala de Satisfação no Trabalho. PSICO-USF, v. 11, n.2, 2006.

GIOVELLI, G.R.M.; CALVETTI, P.Ü.; BEVILACQUA, Solon. **Manual de gestão de pessoas e RH**. São Paulo: DCL, 2012.

RAMEZANALI, M. **Endomarketing: aplicação de marketing interno nas instituições de ensino superior de Santa Catarina, Brasil**. Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.

REINERT, José Nilson. REINERT, Clio. **Estudante não é cliente: é parceiro**. IV Cóloquio internacional sobre gestão universitária na América do sul. 2004.

RODRIGUES, M.Sc. Claudia M. C., FREITAS, Angelica Noal de, SCHMORANTZ, Simone Pause. Qualidade de vida no trabalho na Coimbra S/A: um levantamento do nível de satisfação dos funcionários. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba. **Anais XXII Encontro nacional de engenharia de produção ABEPRO**. Curitiba: ABEPRO, 2002. p. 1-8.

SARQUIS, Aléssio B.; TODOLO, Vilmar G.; TODOLO, Rosana P.; MATOS, Osvalir A. Estratégia de marketing interno na instituição de educação superior. **Revista gestão universitária da America Latina- GUAL**. v.10, n.1, p. 103-124. Florianópolis, jan. 2017.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.

SUZUKE, Hanae Helena; MORÉS, Giliard. Qualidade de vida no trabalho. **Interdisciplinar: revista eletrônica da UNIVAR**. v. 2, n. 16, p. 49-55, 2016.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, Ana Aracelly; AQUINO, Mayra de Castro; SILVA, Wilian Toneli da. Endomarketing como estratégia na gestão de pessoas: influências de clima e cultura nas organizações. **Revista de economia, empresas e empreendedores na CPLP**. v.2, n. 1, p. 1-18. Funorte, 2016.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. Contribuições ao estudo do marketing interno: aplicação no ambiente de ensino superior. **READ**. v. 11, n. 1, ed.43, p. 1-37. São Paulo, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Ana Thorell. rev. Técnica Cláudio Damacena. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Catiuscha Demétrio da Silva Pitombo

catiuschapitombo@hotmail.com

Graduanda em Pedagogia (FADBA)

Raquel Pereira da Silva Santos

raquelsilva.aj@gmail.com

Formanda em Pedagogia (FADBA)

Sabrina Azevedo Silva Ribeiro

sabrina_as@hotmail.com.br

Graduanda em Pedagogia (FADBA)

Charlene Carneiro Quinto dos Santos

charllenequinto@gmail.com

Graduada em Pedagogia (UNEB); Pós-graduada em Psicopedagoga (FADBA); Docente universitária do curso de Pedagogia (FADBA); Coordenadora e docente do curso de pós-graduação em Psicopedagogia (FADBA); Tutora EAD (Pós-graduação - FADBA); Coordenadora do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico da FADBA.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

RESUMO

A presente pesquisa intitulada: contribuições da família na aprendizagem escolar: um estudo de caso com alunos do 2º ano do ensino fundamental I buscou investigar como a família pode contribuir na aprendizagem escolar da criança, refletindo ainda sobre a influência da parceria família-escola na prevenção das dificuldades de aprendizagem, propondo também estratégias de intervenção para amenizar as possíveis dificuldades de aprendizagem consequentes da ausência do acompanhamento familiar na vida escolar da criança. Para tanto esteve ancorada nos estudos de Fernández (1990), Ferreiro e Teberosky (2007), Wadsworth (2003), Smith e Strick (2001), Scoz (2007), Fonseca (2004), Velasques (2004), Rabelo (1993), entre outros pesquisadores. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando como instrumentos para coleta de dados a entrevista semi-estruturada e questionário com questões abertas e fechadas. A análise dos dados foi orientada pelas seguintes categorias de análise: Acompanhamento da família na vida escolar e estímulos para a aprendizagem como mecanismo para minimizar as dificuldades de aprendizagem. Os resultados principais revelaram que a ausência de acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos pode desencadear dificuldades de aprendizagem, a começar pela dificuldade para realizar as atividades escolares e manifestação de comportamentos imaturos considerando os aspectos sócio-afetivo-cognitivos.

Palavras-chave:

Aprendizagem escolar. Família. Dificuldades de aprendizagem.

PITOMBO, Catiuscha Demétrio da Silva; SANTOS, Raquel Pereira da Silva; RIBEIRO, Sabrina Azevedo Silva; SANTOS, Charlene Carneiro Quinto dos. **Contribuições da família na aprendizagem escolar**: um estudo de caso com alunos de 2º ano do ensino fundamental I. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 40 - 51, abr. 2019.

1. INTRODUÇÃO

A família, como primeiro grupo social da criança, tem influência direta no seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo contribuindo significativamente no processo de aprendizagem da criança. É no ambiente familiar que a criança encontra afeto, carinho, aprende princípios, valores, respeito, cultura e ética. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Nº 9.394/96) enfatiza que, é dever do estado e da família, proporcionar a educação para suas crianças, e que os processos formativos educacionais também se desenvolvem na vida familiar, não apenas na escola. Sendo assim, a família é uma das variáveis mais importantes para os resultados do ensino, exercendo também o papel de potencializar a aprendizagem e combater as possíveis dificuldades de aprendizagem no percurso escolar.

Tendo em vista o papel da família no desempenho escolar das crianças, percebe-se que as diferentes formas de estrutura familiar têm influência direta no processo de aprendizagem da criança, por ser um momento em que ela está começando a conhecer e descobrir o mundo, considerando os pais como modelo. Quando se tem uma base familiar bem alicerçada e atuante junto à escola de maneira a acompanhar efetivamente o processo de educação da criança, há maiores e melhores resultados no desenvolvimento cognitivo da mesma, pelo fato de ser motivada em tudo o que deverão realizar. Dessa forma tanto o trabalho do professor será mais eficaz como o aprendizado da criança será mais significativo.

A escolha da temática justifica-se pela frequência de crianças com dificuldades de aprendizagem que por sua vez, não recebem acompanhamento efetivo da família em sua vida escolar. Objetiva-se aqui oportunizar reflexões aos pais e professores sobre as possíveis soluções para o combate desta realidade. Aos pais por serem os principais interessados nesse contexto, e para que entendam seu papel nesse processo, e aos professores por serem os que proporcionam a transmissão de conhecimentos, buscando de alguma forma compensar os déficits de aprendizagem que pode ser oriundos do contexto familiar e social da criança.

Vale ressaltar que as crianças quando ingressam na escola, podem apresentar dificuldades de adaptação consequente de conflitos e problemas vivenciados no ambiente familiar que por sua vez, impossibilitam um bom rendimento escolar. Diante desta realidade surgiram os seguintes questionamentos: como a família pode contribuir para a aprendizagem escolar da criança? E quais estratégias de intervenção podem ser utilizadas para fortalecer o acompanhamento da família na vida escolar da criança de maneira a contribuir com o seu aprendizado?

Acreditamos que diversos fatores contribuem para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem, como exemplo os fatores biológicos, emocionais e sociais relacionados principalmente ao contexto familiar. As condições socioeconômicas desfavoráveis, a falta de afetividade, falta de estimulação para a aprendizagem, pobreza e miséria, inclusive a ausência de acompanhamento da família na vida escolar, podem causar diversos problemas, inclusive o de aprendizagem, impedindo o desenvolvimento cognitivo da criança.

Portanto a presente pesquisa buscou analisar como a família pode contribuir no desempenho

escolar da criança fazendo um recorte no ensino fundamental I, objetivando ainda identificar quais as possíveis dificuldades de aprendizagem consequentes da ausência ou insuficiente acompanhamento da família no processo de aprendizagem escolar, propondo também estratégias de intervenção que aproximem a família da vida escolar da criança.

Este estudo está organizado em dois construtos que são: O processo de aprendizagem da criança no ensino fundamental I, que discorre brevemente como acontece o processo de aprendizagem da criança na faixa etária correspondente à fase supracitada e a Família e aprendizagem escolar que apresenta reflexões sobre as contribuições da família para o desempenho escolar da criança.

A despeito de muitos estudos discorrerem sobre esta temática ainda são poucos, se considerarmos a importância do mesmo. Por esta razão, a relevância deste estudo incide, a priori em motivar estudos posteriores sobre o tema aqui proposto, bem como oportunizar reflexões sobre como acontece o processo de aprendizagem da criança, sinalizando as influências, em todo o processo, dos fatores de ordem afetivo-social, com ênfase nos que são provenientes do contexto familiar, como por exemplo, o acompanhamento efetivo na vida escolar pelos cuidadores das crianças.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Ao ingressar no Ensino Fundamental 1 a criança se depara com uma nova rotina e novas expectativas com relação ao seu desempenho escolar são esperadas. Neste período, geralmente em torno dos 7 a 11 anos, a criança vivencia etapas importantes em seu desenvolvimento, que por sua vez, consistirão na base para o seu desenvolvimento cognitivo até finalmente alcançar a fase adulta.

Segundo os estudos de Piaget apud Wadsworth (2003), neste período seu pensamento é caracterizado pelo estágio operacional concreto, ou seja, os seus processos mentais tornam-se lógicos, pois ocorre o desenvolvimento do pensamento lógico, que é aplicado a problemas reais. Quando a criança operacional concreta se encontra diante de uma divergência entre percepção e razão, ela toma decisões cognitivas e lógicas em vez de decisões que envolvem percepção. De acordo com Wadsworth (2003, p. 103 e 104) "A criança já não está mais limitada à percepção e, tipicamente, entre os 7 e 11 anos, torna-se capaz de resolver a maioria dos problemas cognitivos (como os problemas de conservação) que a criança do período pré-operacional não consegue". Sinaliza ainda que a criança operacional concreta passa a ser cada vez mais social e menos egocêntrica ao fazer uso da linguagem do que a pré-operacional. A fala é empregada com o fim básico de comunicação. Pela primeira vez, a criança torna-se um ser verdadeiramente social.

O pensamento da criança operacional concreta não é mais egocêntrico, pois neste período ela tem mais contato com a sociedade e desta forma consegue compreender que outras pessoas pensam

e tomam decisões diferentes da dela, se tornando livre do egocentrismo. O seu pensamento agora não é mais constituído pela centração e sim pela descentração, possibilitando soluções lógicas aos problemas concretos. Conforme Wadsworth (2003) as crianças deste estágio adquirem a capacidade de compreender as razões das mudanças ou transformações nos estados afetivos dos outros, quer dizer, da alegria à tristeza. Durante o período operacional concreto a criança já construiu a reversibilidade, tanto por inversão quanto por reciprocidade e ela também consegue resolver problemas de conservação dos números. Já do ponto de vista cognitivo, a ocorrência mais importante nesta época é a construção das operações concretas.

Smith e Strick (2001) destacam alguns marcos do desenvolvimento e aprendizagem da criança de 7 a 8 anos. A começar pela escrita, afirmam que o processo de aprendizagem se dá por meio de letras legíveis, com tamanho apropriado, entendendo que a escrita deve ser disposta, por exemplo, com margens, combinando as orações pequenas em parágrafos, melhoria da ortografia e expressão gramatical, compreensão do significado das palavras, etc. Nesse primeiro ciclo é esperado que o aluno tenha adquirido consciência fonológica, domínio do princípio alfabético e a fluência leitora da língua portuguesa. Fonseca (2004) e Valesques (2004) explicam que a leitura é resultado de um sistema complexo em que elementos cognitivos interagem, envolvendo diversos sistemas funcionais de ordem neurológica e psicologicamente integrados.

Esse processo de aquisição da leitura e escrita, nem sempre é fácil para a criança. Rabelo (1993) destaca que DAGL (Dificuldades de Aprendizagem Gerais da Leitura) tem origem em vários aspectos, intrínsecos e explícitos ao indivíduo. A leitura e a escrita pressupõem aptidões complicadas as quais exige que a criança opere em diversos níveis de representação, como por exemplo, nível motor. É compreendida a capacidade de efetuar correspondências entre fonemas e grafemas; a consciência sintática exige a habilidade de operar mentalmente sobre mecanismos responsáveis pela representação das palavras e a consciência fonológica que também pede a habilidade de manipular a linguagem falada, fonemas e palavras. A criança também faz o reconhecimento das palavras conseguindo atribuir seu significado, ativando a forma ortográfica das palavras e os seus processos motores.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), durante o percurso do desenvolvimento da escrita da criança, ela perpassa por alguns níveis. O primeiro é caracterizado por uma escrita que reproduz os traços básicos que ela identifica, esse nível também é chamado de pré-silábico, em que a criança faz uso de algumas hipóteses de escrita, ora faz desenhos ora faz os traçados como forma de copiar as letras para formar uma palavra. O segundo nível é marcado pela forma do grafismo de aproximar a escrita das letras. O terceiro demonstra a tentativa de atribuir um valor sonoro a cada uma das letras para escrever uma palavra, ou seja, cada letra representa uma sílaba, esse nível é chamado de hipótese silábica, começa a partir desse momento o entendimento de que a escrita representa partes sonoras da fala. O quarto nível é a passagem da hipótese silábica para a alfabética. O quinto e último nível é a escrita alfabética, momento esse em que a criança não tem mais problemas com a escrita, porém isso não quer dizer que ela não terá dificuldades com a ortografia.

Desde muito cedo as crianças estão em constante contato com a leitura, quando elas presenciam um adulto lendo um jornal, um livro e até mesmo os outdoors expostos na cidade. Elas conseguem

identificar quando alguém está lendo algo, e elas são completamente capazes de imitá-los fazendo que está lendo uma história, e faz os gestos e expressões para demonstrar que está interagindo com a leitura.

Considerando a aprendizagem como um processo complexo e multifatorial, carência afetiva, deficientes condições de higiene, pobreza, ambiente repressivo, ausência de estimulação para a aprendizagem, dentre outros fatores podem tornar-se entraves para que a aprendizagem aconteça de maneira satisfatória. Segundo Scoz (2007), o desenvolvimento cognitivo das crianças é inicialmente determinado por processos biológicos e guiado, subseqüentemente, por interações sociais com adultos, que iniciam e mediam, pelas interações sociais, o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

Smith e Strick (2001) sinalizam que fatores biológicos também podem comprometer o aprendizado das crianças, como por exemplo, hemorragias cerebrais e tumores, doenças como encefalite e meningite, transtornos glandulares não tratados na primeira infância e hipoglicemia na primeira infância. Ainda segundo as referidas autoras, durante a gestação podem ocorrer alguns erros de desenvolvimento no cérebro da criança, bem como algum atraso na formação de algumas células. Esses eventos que perturbam o desenvolvimento pré-natal são responsáveis por muitas anormalidades. Durante períodos críticos de formação do cérebro, os erros podem ser causados por apenas algumas células, e quando isso ocorre, pode prejudicar as regiões frontais do cérebro, fazendo com que o mesmo não funcione de maneira eficiente, apresentando problemas de coordenação muscular, articulação, controle dos impulsos, planejamento, organização e manutenção da atenção.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)¹ enfatizam também a relação entre as interações sociais e a aprendizagem. Sinalizam que a aprendizagem é um processo no qual o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem da experiência humana culturalmente organizada, ou seja, socialmente produzida e historicamente acumulada, não se excluem nem se confundem, mas interagem. Daí onde há a importância das interações entre crianças e destas com outros experientes, dentre os quais professores e outros agentes educativos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) a educação tem como um dos objetivos fazer com que os alunos aprendam a administrar a palavra enunciada, bem como, a viver em grupo de maneira satisfatória e significativa. Dessa maneira são importantes as situações em que aprendam a dialogar, a entender o outro e colaborar, a procurar ajuda, aceitar críticas e expor opiniões, liderar situações que permitam sucesso em tarefa coletiva. É importante tomar conhecimento de procedimento dessa natureza e reconhece-la como forma de convívio escolar e social.

A aprendizagem está ligada à ação social, logo, é válido pensar que a aprendizagem e o desempenho escolar estão vinculados à relação família-escola, duas instituições que apesar de distintas, possuem objetivos complementares no processo de aprendizagem da criança.

FAMÍLIA E (DIFICULDADE DE) APRENDIZAGEM ESCOLAR

1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** v. 1. Brasília: MEC, 2000.

A fase escolar de uma criança é um momento muito importante, e que precisa de atenção e acompanhamento da família. Ao chegarem à escola as crianças precisam aprender a conviver com outras crianças diferentes dela, como também conviver com as novas regras escolares, por isso segundo Guedes (2008), faz-se necessário que os pais ensinem seus filhos a serem disciplinados e que compreendam desde cedo que o mundo não gira em volta deles.

Segundo Scoz (2007) na perspectiva de alguns professores a falta de padrões e normas de comportamento e de contato com materiais gráficos, a falta de estímulo, as perdas e a pobreza familiares, são considerados fatores que comprometem o desempenho escolar dos alunos. Estas interferências nos remetem não só à noção de obstáculos que ocorrem no momento presente, impedindo que a aprendizagem se desenvolva, mas também às noções de causas psicológicas que ocorreram no seio familiar e que também poderão interferir na aprendizagem.

Uma das reclamações da escola, e o que em certa medida nos comunica a falta de comprometimento dos pais no desenvolvimento de aprendizagem dos filhos, é a ausência às reuniões escolares e até mesmo à escola. São muitos os pais que não comparecem, se quer uma vez, à reunião que a escola proporciona justamente como forma de interação com a família. É visível que crianças que os pais se fazem presente na escola e acompanham o desempenho destes, são mais confiantes, mais autônomas e que alcançam de forma satisfatória os conteúdos escolares. Por isso afirma Scoz (2007, p. 71):

Não há dúvida de que a influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, que os impossibilita de obter recursos internos para lidar com situações adversas. Isso gera desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, sérios obstáculos à aprendizagem escolar.

Por muitas vezes, há falta de compreensão com relação à função da escola e da família para com a criança, isso causa alguns problemas tanto para ambas as partes como também para a criança. O que deveria ser um trabalho conjunto, complementar, passa a ser mais uma competição voltada à busca de responsáveis por alguns resultados e/ou comportamentos inesperados dessas crianças.

É muito importante que a escola e a família tenham de forma clara qual a sua função no processo de aprendizagem da criança. Na realidade o que temos visto, é que em meio às dificuldades e fracassos escolares das crianças, a escola culpa a família, por não acompanhar a vida escolar do filho, e a família por sua vez, culpa a escola, acreditando que estas não fizeram satisfatoriamente o seu trabalho. Se no lugar de procurar culpados, essas duas instâncias, buscassem trabalhar em parceria, os resultados seriam outros e os maiores beneficiados seriam as crianças. Ambas instituições, escola e família, são responsáveis na formação da criança e se mantivessem uma relação positiva seria possível perceber avanços no processo que implica o aprender. Entendemos que o melhor caminho não seria procurar culpados para a dificuldade de aprendizagem da criança, mas, priorizar o indivíduo, buscando, tanto a família quanto a escola, favorecer a aprendizagem dessas crianças.

As instituições, família e escola, pensam de forma diferente, portanto compartilham ações que possibilitam aprendizagem de uma mesma criança. Esse aspecto é demonstrado quando há cobrança dos pais em relação aos professores no que diz respeito aos resultados de seus filhos,

nesse caso podemos observar que os pais têm suas perspectivas sobre a função da escola, da mesma forma como está tem sobre as funções daquela. Para que tenha um bom relacionamento é necessário o interesse e a compreensão de ambas as partes.

Como conhecemos bem, são poucas as famílias que se dedicam a esse preparo com seus filhos, muito menos se preocupam com a vida escolar dos mesmos, pensam que ensinar é obrigação e papel apenas do (a) professor (a), esquecem que são eles os primeiros professores de seus filhos, e que devem estimulá-los a aprender de forma significativa, como diz Guedes (2008, p. 26) “é um estímulo muito grande para a criança em idade escolar perceber que os pais se interessam por seus estudos e estão cientes do que ela está vivenciando na escola.”.

Muitas crianças têm dificuldades de aprendizagem, por causa da ausência dos pais em sua vida escolar. Mas o que é dificuldade de aprendizagem? Podemos definir dificuldades de aprendizagem, como algo relacionado a fatores externos que de alguma forma interferem no processo da aprendizagem da criança. De acordo com Fernández (1990), existem dois fatores que contribuem para o fracasso escolar, o primeiro é externo ao ambiente familiar e ao indivíduo em si, esse afeta as condições cognitivas da criança, o segundo é interno ao ambiente familiar e ao indivíduo, ocorrendo apenas uma falta de adaptação da criança no ambiente escolar ou algo parecido.

Tendo em vista esses fatores, entendemos que a família deve combater essas dificuldades que a elas são atribuídas como responsáveis, devem elas buscar estratégias de acompanhamento e apoio de forma a promover aprendizagem significativa de seus filhos em conjunto com a escola. Muitas crianças se sentem desestimuladas em estudar, acham que não precisam ir à escola, às vezes os próprios pais passam essa forma de pensar para a criança, quando dão razão a elas ao reclamarem do (a) professor (a) por algo que não concordam. Os pais precisam tomar consciência de que são responsáveis pelo bom desenvolvimento das capacidades cognitivas de seus filhos dando todo o apoio para que eles alcancem a autonomia. Sendo assim sua atuação será de influência direta para que as dificuldades de aprendizagem sejam amenizadas. Fernández (1990, p. 97) afirma:

Sendo o aprender um possibilitador de autonomia, tanto para a criança como para o adulto, e sendo possível ser *atrapado* por desejos de ordem inconsciente, os sistemas familiares estruturados e estruturantes de indiferenciação são um terreno fértil para a gestação de sintomas na aprendizagem.

As crianças da educação infantil precisam do acompanhamento dos pais, no sentido de incentivarem em seus estudos, tanto com relação ao acompanhamento das atividades escolares e sua vida escolar, como no exemplo apresentado no ambiente familiar. Se os pais têm o hábito de ler, por exemplo, demonstrando de alguma forma aos seus filhos que é importante estudar, com toda certeza essa criança se sentirá motivada para os estudos.

Quando os pais estimulam seus filhos, estão trabalhando para que sejam bem-sucedidos diante dos desafios que vão surgir em sua vida. Já aquelas crianças que vêm de lares desordenados, sem amor, sem empatia, poderão vivenciar um futuro muito mais carregado de problemas. Talvez não encontrem prazer na escola e nem se interessem pelos estudos. (GUEDES, 2008, p.18).

Se os pais são desinteressados pela vida escolar de seus filhos, se não se comprometem com sua educação, não entendem que o lar é a primeira escola de suas crianças, a escola e a atuação do (a) professor (a) não tem plena eficácia, pois a essa ação deve haver o reforço no ambiente

familiar. O papel do professor quando não combinado a atuação da família proporciona déficits na aprendizagem dessas crianças. WHITE (2007, p. 69 – 70) sinaliza que “A obra de educação, instrução e disciplina da parte dos pais constitui a base de todas as outras. Os esforços dos melhores professores muitas vezes terão de produzir pouco resultado, se os pais deixam de desempenhar a sua parte com fidelidade”. Os pais têm um papel tão importante, por isso, precisam ter em mente que a eles são atribuídas as maiores responsabilidades quanto ao desenvolvimento cognitivo de seus filhos. Segundo Guedes (2008, p. 18) “cabe aos pais entenderem que a sua atuação é que vai fazer a diferença na vida desses pequenos.”. Sendo assim podemos concluir que dificuldades de aprendizagem poderão ocorrer em algum momento durante a vida escolar das crianças, entretanto a influência e a relação adequada transmitida pelo ambiente familiar poderá proporcionar o enfrentamento dessas barreiras e o transpor delas.

Escola e família desempenham papéis distintos. Um não substitui o outro, mas se complementam. Dentre as muitas funções que a escola tem, uma delas pode ser entendida como um meio de conduzir o indivíduo ao conhecimento desenvolvido pela sociedade durante o percurso da história da humanidade, como também de favorecer a vivência social dos mesmos. Portanto, a escola tem a função de prepara-los para a cidadania.

Já função da família é transmitir os valores adequados para o convívio na sociedade, ensinar princípios, comportamentos e atitudes, os quais são seguidos pela comunidade a qual estão inseridos. A família também tem a função de dar continuidade com o que a escola proporciona, possibilitando a aquisição dos conhecimentos transmitidos por esta.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa esteve ancorada na abordagem qualitativa, pois buscou investigar e analisar as opiniões dos indivíduos em questão. O tipo da pesquisa é estudo de caso, por se tratar da análise de uma situação da vida real, descrevendo o contexto da investigação e explicando a causa do assunto abordado. Devido à necessidade da familiaridade com o problema e a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno, trata-se de uma pesquisa de caráter explicativo.

O lócus da pesquisa foi uma escola da rede pública do ensino do município de Cachoeira-BA. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, oferecendo turmas do 1º ao 4º do Ensino Fundamental uma quantidade de 100 de alunos. O público alvo de nossa pesquisa foram os aprendizes do 2º ano do ensino fundamental I (no total de 14 alunos) e suas respectivas famílias e a professora da turma. Participaram 15 pessoas, destas, a professora e 14 são pais ou cuidadores das crianças.

O desenvolvimento da pesquisa se deu inicialmente com o estudo das bibliografias que abordam o tema proposto, para conhecer as contribuições teóricas existentes para o desenvolvimento

do trabalho e suas possíveis contribuições. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados, entrevista semi-estruturada com a professora da turma e questionário misto, ou seja, com questões abertas e fechadas, para os pais ou cuidadores das crianças. A seguir serão apresentados os dados da referida pesquisa devidamente analisados.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os dados aqui apresentados foram colhidos a partir do questionário aplicado com os pais ou cuidadores das crianças. Foram utilizados dois critérios de análise: acompanhamento da vida escolar; e estímulos para a aprendizagem.

4.1 ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA

Ao perguntar quantos pais frequentam a escola, 100% sinalizaram visitar com frequência à escola do filho, destes 54,5% conversam com a professora semanalmente, os demais afirmaram ter conversado com a mesma há cerca de um mês atrás.

Um percentual de 100% dos pais, sinalizaram que visualizam a agenda dos seus filhos com frequência, em contrapartida no que diz respeito ao conhecimento das últimas avaliações e notas dos filhos 71,40% apontaram não ter conhecimento.

Foi verificado também nas pesquisas, que 57,10% dos pais lembram de uma situação marcante que seus filhos vivenciaram na escola e 42,90% apresentaram respostas vagas, destes, a maioria apresentaram nas respostas que vibram com as conquistas de seus filhos.

Com relação à conferência e acompanhamento da tarefa de casa, verificamos que 100% dos pais afirmaram conferir se os filhos realizam as mesmas, destes 92,80% fazem esta conferência com frequência. Verificando o procedimento de realização do dever de casa junto às crianças, percebemos que 61,50% das respostas nos afirmam que a tarefa é realizada com a ajuda exclusiva dos pais e 30,70% é ora com os pais e ora com os irmãos.

Observamos certa divergência na resposta acima apresentada, pois ao mesmo tempo em que 92,80% afirmam conferir com assiduidade as tarefas de casa, apenas 61,50% realizam a tarefa com os filhos.

Referente à organização do material escolar das crianças, 100% dos pais ou cuidadores afirmam ensinar os filhos a organizar o material escolar, 78,50% confirmam que ajudam a organizá-los. Ao se tratar da situação destes materiais, 50% respondem que estão em boas condições e os demais apontam está limpo ou rasgado.

Ao perguntar se recordam qual foi a maior conquista do filho na escola, 100% sinalizam lembrarem.

Referente às queixas mais frequentes dos filhos sobre o ambiente escolar, aulas e/ou atividades, foi percebido que a maioria sinaliza questões referentes a aula, atividades e o ambiente escolar no geral.

Perguntou-se aos pais ou cuidadores, quais dificuldades são apresentadas pelos filhos, as respostas que obtivemos foram diversas, como: dificuldade na leitura, na escrita, coordenação motora, dificuldades para contar, calcular, esquece o que aprende, tem letra ilegível, falta de atenção e concentração. Percebemos na análise das respostas referente ao que as crianças conhecem que a maioria delas identificam as letras, dinheiro, os dias da semana, e metade delas conhecem os meses do ano e as horas.

Quando perguntamos quantos pais conhecem as preferências dos filhos relacionadas à vida escolar, 100% afirmaram saber o que os filhos mais gostam na escola, 92,8% o que mais gostam de estudar, e 100% o que não gostam de estudar. Sobre o método de ensino escolhido pela escola, 57,1% afirmam que conhecem, porém 42,8% conseguem dizer qual é.

4.2 ESTÍMULOS PARA A APRENDIZAGEM OFERECIDO PELOS CUIDADORES

Na questão referente aos estímulos para a aprendizagem, 71,4% dos pais responderam que não estimulam seus filhos com recursos de jogos educativos, por exemplo, e 28,6% responderam que estimulam adquirindo materiais pedagógicos para uso em casa.

Quanto à leitura de histórias para os filhos, 71,4% informaram que realizam a leitura com frequência e 28,6% responderam que nunca realizam esse tipo de atividade com seus filhos.

Quando interrogados sobre o diálogo com o filho sobre as expectativas quanto ao futuro relacionando com os estudos, 71,4% pais responderam que frequentemente conversam com seus filhos sobre esse assunto e apenas 28,6% responderam que conversam mas não frequentemente. Em linhas gerais a maioria dos pais afirmaram incentivar os filhos para o estudo por meio do diálogo e oferecendo recursos que estimulam a aprendizagem.

5. (IN) CONCLUSÕES FINAIS

Como aponta Scoz (2007), a influência familiar é um fator determinante para a aprendizagem da criança, quando os pais são ausentes, a criança tende a se sentir desvalorizada, esse sentimento a impossibilita de passar de forma tranquila por situações de conflitos, por se sentir insegura, desconfiada e desinteressada por isso ocorre dificuldades de aprendizagem.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar e analisar como a família pode contribuir no desempenho escolar da criança. Foi possível confirmar que diversos fatores colaboram para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem, sejam de ordem biológica, emocional e/ou social, relacionados também ao contexto familiar. As condições socioeconômicas desfavoráveis, a falta de afetividade, falta de estimulação, entre outros fatores podem causar entraves no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Através da análise dos dados coletados e aqui apresentados é possível perceber que é de grande importância a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar de seus filhos, permitindo que de fato ocorra a parceria escola-família essencial para a formação intelectual e pessoal das crianças.

Vale destacar que as crianças cujos pais frequentam a escola regularmente, dialogam com a professora, verificam e acompanham as tarefas de casa, visualizam a agenda e procuram meios para estimular sua aprendizagem, são aquelas que apresentam melhor desempenho, dominam melhor os conteúdos propostos em sala de aula e demonstram serem mais seguras tanto emocionalmente quanto socialmente.

Em contrapartida, foi possível perceber também situações opostas ao exemplo mencionado acima. Crianças cujos pais não acompanham de maneira efetiva a vida escolar, que não acompanham as tarefas de casa, não tem conhecimento de situações importantes relacionadas ao estudo, não adquirem materiais educativos, nem demonstram qualquer tipo de incentivo escolar, apresentam como resultado dificuldades de aprendizagem, não conseguindo realizar as atividades propostas pela professora em sala de aula e manifestando comportamentos imaturos considerando os aspectos sócio-afetivo-cognitivos.

Diante desta realidade sugere-se, como proposta de intervenção pedagógica, encontros de pais com palestras envolvendo profissionais, a saber, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, a fim de possibilitar a reflexão dos pais no cumprimento de seu papel como mediador entre a escola e seu filho.

O professor também pode sugerir atividades com conteúdo escolares que sejam realizados com o apoio dos pais, por exemplo: a produção de um memorial com a história de vida da criança (possibilitando a aproximação entre pais e filhos), assistir filmes, realizar campeonatos entre pais e filhos no ambiente escolar, montar maquetes, produzir cartazes, dentre outros. O professor pode ainda criar uma escala de participação dos pais nas aulas, convidando-os a assisti-las junto com seu filho, assumindo também a postura de aluno. Todas essas ações visam promover o estreitamento da relação entre a família e a escola andando de mãos dadas no desenvolvimento da criança.

Portanto, retoma-se a hipótese inicial que induziu a construção da presente pesquisa, apresentando as respostas encontradas, confirmando que a família desempenha uma importante contribuição na vida escolar da criança, reiterando também que é real a possibilidade do surgimento de dificuldades de aprendizagem, por sua vez consequentes da ausência do acompanhamento da família na vida escolar da criança. Acreditamos que as reflexões aqui apresentadas, traz colaborações pertinentes sobre a dinâmica do aprender nos espaços família e escola. Por esta razão, encerramos este tópico nomeando-o de (in) conclusão por acreditar que a presente

pesquisa pode ser apenas um alicerce do que ainda pode ser discutido, investigado e teorizado sobre o assunto. Insinuamos a continuidade de novas pesquisas e olhares sobre esta questão, dada a frequência com que este fenômeno se apresenta, considerando também que como seres em formação estamos constantemente propensos a descobrir, aprimorar ou transformar conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella et al. **Psicopedagogia: reflexões sobre família e escola**. Curitiba: CRV, 2015.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, Vitor. **Dificuldades de Aprendizagem: Abordagem Neuropsicológica e Psicopedagógica ao Insucesso Escolar**. Lisboa: Âncora, 2004.

GUEDES, Meibel Mello. **Quem ama ensina**. 2. Ed. Curitiba: M.M. Guedes & CIA. LTDA. ME, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretária de Educação Fundamental. 2. Ed. Brasília: DP&A, 2000.

REBELO, José Augusto Silva. **Dificuldades da Leitura e da Escrita em Alunos do Ensino Básico**. Porto: Edições Asa, 1993.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VELASQUEZ, Maria Gabriela. **Teoria e Prática do Ensino da Leitura**. In Lopes J., Velasquez, M.G., Fernandes, P.P. & Bártolo, V. N. *Aprendizagem, Ensino e Dificuldades da Leitura*. 1. Coimbra, Quarteto, 2004.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. Tradução de Esméria Rovai. 5. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

WHITE, Ellen G. **Fundamentos da educação cristã: instruções para o lar, a escola e a igreja**. 2. Ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

Edson Gomes Loxe

edsonloxe@hotmail.com

Centro Universitário Adventista de São Paulo

Fabio Vinicius de Macedo Bergamo

bergamomkt@gmail.com

Centro Universitário Adventista de São Paulo

Jackeline Mennon Fernandes

jackeline.fernandes@unasp.edu.br

Centro Universitário Adventista de São Paulo

Walter Rubini Bonelli da Silva

wrubini@hotmail.com

Centro Universitário Adventista de São Paulo

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

RESUMO

Este trabalho propõe um estudo sobre as percepções dos Surdos sobre sua inclusão no mercado de trabalho formal, onde aborda o preconceito e discriminação vivenciada pelos Surdos no ambiente organizacional, causadas por uma sociedade composta pela maioria de Ouvintes diante de uma cultura diferente da sua, conhecida como Cultura Surda. Discute-se ainda qual o grau de efetividade de leis que existem teoricamente com a finalidade de assegurar a igualdade e a inclusão da Pessoa com Deficiência. Outros aspectos como a importância do apoio familiar, empregabilidade, a qualificação profissional do Surdo e o papel das empresas e do governo na capacitação, desenvolvimento e incentivo para este profissional, e por fim, se as empresas estão preparadas para receberem os Surdos. Onde através das percepções dos Surdos, identifica-se a necessidade de investimento e maior grau de importância tanto do poder público, quanto da iniciativa privada, para de fato garantir a inclusão do Surdo no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave:

Surdo. Inclusão. Mercado de Trabalho. Cultura Surda

LOXE, Edson Gomes; BERGAMO, Fabio Vinicius de Macedo; FERNANDES, Jackeline Mennon; SILVA, Walter Rubini Bonelli da. **A inclusão do surdo no mercado de trabalho formal**. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 52 - 68, abr. 2019.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão social é um tema abrangente no Brasil, que possui grande diversidade populacional. Esta diversidade abrange raças, culturas, origens geográficas, idades, línguas, classes econômicas e até mesmo entre Pessoas com Deficiências (PCD). Ao analisar o conceito de inclusão, automaticamente pensamos no oposto que chamada de exclusão social, que talvez ocorra devido às histórias de discriminação e exclusão que nossa sociedade já produziu e que mesmo no século XXI ainda produz. Sassaki (1997, p. 30) considera que:

[...] a ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade [...]

Como as organizações e locais de trabalho fazem parte da sociedade considera-se ainda o reflexo desse histórico atualmente nas empresas, onde existem barreiras para a Pessoa com Deficiência ser incluída, e neste artigo destacaremos a Pessoa Surda que é considerada como Pessoa com Deficiência, que tem na comunicação sua principal barreira, onde possui sua própria Cultura e sua própria língua nativa, a Língua Brasileira de Sinais, popularmente conhecida como LIBRAS.

A Libras, Língua Brasileira de Sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural e científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. (DAMÁSIO, 2005, p. 61)

Compreender o processo de inclusão nas organizações é o objetivo central desta pesquisa, que será realizada a partir das percepções do Surdo (que é categorizado como Pessoa com Deficiência) sobre o processo de inclusão no mercado de trabalho formal. A partir deste cenário, surge a pergunta: Quais as percepções do Surdo sobre sua própria inclusão no mercado de trabalho formal?

Justificou-se a relevância desse presente artigo na contribuição para que a sociedade compreenda a importância de uma convivência relacional inclusiva entre a Cultura Ouvinte, denominada por senso comum entre os Surdos por chamarem de Ouvintes aquele que ouve, em contraste com o Surdo que não ouve (totalmente ou parcialmente) e a Cultura Surda. Para que o objetivo desta pesquisa seja alcançado, buscou-se um referencial teórico sobre o conceito de inclusão, a Lei de Cotas e a inserção do Surdo no mercado de trabalho que serão apresentados a seguir.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE INCLUSÃO

Sasaki (1997, p. 41) define o conceito de inclusão social, ao afirmar que:

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade

Ainda sobre esse assunto, Sasaki (1997, p. 3) afirma que para que esse processo aconteça é necessário um processo bilateral, criando uma parceria entre os que são considerados “normais” e aquele que serão incluídos para solucionar problemas e decidir soluções com objetivo de garantir com que todos tenham as mesmas oportunidades. De acordo com Batista (2000) o conceito de inclusão social não é visto como contrário ao conceito de desigualdade, quando na verdade defende o convívio de desiguais de maneira igualitária. E ainda segundo Batista (2000): “É por existirem as desigualdades que o Ser Humano busca convívio com iguais e procura se associarem a vários grupos”.

Nesse contexto de desigualdade, nossa legislação favorece a inserção da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho formal, haja visto, o que descreve a Constituição Federal de 1988, no Artigo 3º, Parágrafo IV, que incentiva a promoção de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”.

2.2 A LEI DE COTAS

Com objetivo de oferecer tratamento igualitário a todos, foi criada a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 conhecida como Lei de Cotas, que tem a finalidade de disponibilizar o acesso ao mercado de trabalho às Pessoas com Deficiência, e é considerada pelas Pessoas com Deficiência como grande conquista documental, porém Pastore (2000, p. 183) se mostra contrário a este ponto ao afirmar que: “A simples oposição de uma obrigatoriedade não garante que ela seja cumprida, e muito menos que as empresas venham oferecer, de bom grado, condições condignas de trabalho para os Portadores de Deficiência”.

Sasaki (1997), afirma que “A Lei de Cotas pode até contribuir para a inclusão, mas inclusão não depende da lei”. Já Para Gurgel (2007), a definição do porte da empresa, adotado como critério para a oferta de empregos para pessoas com deficiência, atualmente é discutível. As maiores ofertas são oriundas apenas de uma só faixa de empresa, ou seja, aquelas consideradas de grande porte. Logo, as menores empresas, em maior número no país, ficam isentas do cumprimento da reserva de vagas.

Diante desse cenário, foi publicada a resolução pelo Tribunal Superior do Trabalho, através do

processo 658200-89.2009.5.09.0670, que a despeito da obrigação legal, não é possível penalizar a empresa que tenta, mas por fatos alheios à sua vontade, não consegue trabalhadores com deficiência em número suficiente, no qual a empresa poderá alegar que devido aos deficientes não terem qualificação suficiente para ocupar determinado cargo, não será possível cumprir com a porcentagem estabelecida no artigo 93 da Lei 8.213/91 destinada a pessoas com deficiência.

2.3 A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO: POLÍTICAS PÚBLICAS, PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS E REALIDADES SUBJETIVAS

2.3.1 A Cultura Surda

Strobel (2008, p.24), define Cultura Surda como:

Cultura surda é o jeito do sujeito Surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas.

Com base nessa definição, sobre a falta de conhecimento da sociedade diante da Cultura Surda, Strobel (2008, p. 82) revela que:

A sociedade muitas vezes afirma que o povo Surdo tem sua cultura, mas não a conhece. Comentam e afirmam que como na sociedade a maioria dos sujeitos é Ouvinte, o sujeito Surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia.

Já Viana (2010) considera a citação de Strobel (2008) e declara que a Cultura Surda é constituída por oito artefatos culturais que a caracteriza perante a sociedade, e esses artefatos são constituídos por: experiência visual, aspecto linguístico, aspecto familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais, e entre esses aspectos, Viana (2010, p.55) destaca o familiar, ao dizer que:

O aspecto familiar refere-se ao acolhimento de uma pessoa surda. Para os Ouvintes, geralmente, o nascimento de uma criança surda é doloroso e desagradável. Já o povo Surdo acolhe seus filhos Surdos como dádivas. Para o povo Surdo, o importante não é o grau de surdez de seus membros, e sim a participação no grupo, usando a língua de sinais e a cultura surda. Outro aspecto interessante é que a grande maioria dos Surdos que participam da comunidade surda classificam como o grande problema de convívio com a família Ouvinte a falta de diálogo, de entendimento, e desconhecimento da cultura surda, por isso acabam dedicando mais tempo à comunidade do que a própria família, pois nesta se sentem desprezados das conversas de discussões.

Ainda, enfatizando o aspecto familiar, Viana (2010) considera a importância do apoio familiar e o

papel da família diante do Surdo, ao dizer que:

Diante desta inquietude, a participação dos entes familiares pode fazer grande diferença. São estes que, de certa forma, emprestarão a voz para que sejam assegurados os direitos, bem como os deveres dos portadores de deficiência junto ao ambiente organizacional. (VIANA, 2010, p.69)

2.3.2 Legislação e o Mercado de Trabalho para os Surdos

As leis que foram instituídas no Brasil, condenam quaisquer atos caracterizados discriminatórios e preconceituosos sobre PCD's onde o objetivo é de assegurar a igualdade, através de dispositivos legais, e presentes na Constituição Federal como aponta Viana (2010, p. 65):

Ainda assim, a igualdade e equiparação de oportunidades para o trabalho é um princípio que vinha fazendo parte, seja de maneira implícita ou explícita, de todos os documentos elaborados para a questão da inclusão da pessoa deficiente no meio produtivo. Contudo, foi na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) e na Lei nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1996), que houve o registro legal da questão. Ambos dispositivos legais determinam a proibição de qualquer discriminação, tanto na admissão do trabalhador com deficiência, quanto no salário a ser pago ao mesmo, uma vez que posturas de preconceito seriam classificadas como crime. (VIANA, 2010, p. 65)

Segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no ano de 2015, trabalhadores com algum nível de surdez totalizam 79.389 pessoas nas diversas atividades profissionais formais. Eles representam 22,28% do total de 356.345 mil pessoas com deficiência trabalhadoras no País. Porém esse número de Surdos que possuem vínculo empregatício formal é de menos de 1% comparado a população de Surdos no Brasil, que segundo o Censo 2010, realizado pelo IBGE, é de 9,7 milhões. (BRASIL, 2016)

Entre as profissões com maior número de trabalhadores surdos estão: auxiliar de escritório, com 6.898 trabalhadores; seguida por alimentador de linha de produção (5.341); assistente administrativo (4.205); faxineiro (3.815); repositor de mercadoria (2.473); almoxarife (1.878); trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (1.314); e operador de máquinas fixas em geral (872). Em outras profissões de níveis mais elevados, o número de surdos é menor: atuando como engenheiros aeronáuticos são 39 pessoas nessa atividade; advogados, 55; engenheiros agrônomos, 72; cirurgiões dentistas, 21. (BRASIL, 2017).

2.3.3 Efetividade no cumprimento das leis, relativas à inclusão do deficiente no mercado de trabalho, inclusive o Surdo

Viana (2010, p. 157) vê a Lei de Cotas como “mal necessário” ao considerar que essa lei surgiu

com objetivo de ampliar as oportunidades de acesso no mercado de trabalho para as Pessoas com Deficiência, onde motivados por esta lei, empresas com número superior a 100 funcionários começaram a proporcionar oportunidades para essas pessoas. Embora Viana (2010) concorde que a lei tem sua importância, o mesmo ainda expõe pontos de atenção sobre a ineficácia da lei no que se refere ao seu cumprimento, quando diz que:

É inegável que a Lei de Cotas, vigente desde 1999, passou a ser o mais importante instrumento disponível às pessoas com deficiência para o acesso ao mercado de trabalho. No entanto, a sua relativa ineficácia é notadamente perceptível, uma vez que esbarra em problemas de cumprimento, sobretudo no caso dos Surdos. Com isso, o afã de se conciliar justiça social e eficiência econômica torna-se cada vez mais vulnerável ao declínio. (VIANA, 2010, p. 165)

2.3.4 Qualificação profissional da Pessoa Surda

A educação tem o objetivo de integrar a Pessoa Surda às condições de participação efetiva e envolvimento na vida produtiva social e tem papel de garantir o acesso inclusivo na sociedade, como declara Viana (2010, p. 80)

Desta forma, ao considerarmos o cenário da empregabilidade da pessoa com deficiência, somos impulsionados a reavaliar o papel da escola como agente de formação e, portanto, as obrigações do Estado, no sentido de garantir o acesso a uma educação consistente. Nota-se que muitos programas se limitam apenas a viabilizar a iniciação profissional, oferecendo, conforme já mencionado, apenas o aprendizado instrumental. Por outro lado, há uma relativa inclinação, por parte dos empregadores, em possibilitar o recrutamento de pessoas com deficiência, desde que se assegure a produtividade e a competência. Mesmo assim, esses candidatos se deparam com a falta de qualificação, o que os impede de conseguir melhores oportunidades de trabalho.

Ainda sobre a preparo e qualificação do trabalhador com deficiência, Viana (2010, p.55) faz indagações sobre a responsabilidade da empresa e da sociedade diante da problemática da falta de qualificação profissional da Pessoa com Deficiência, ao chegar no mercado de trabalho despreparada, e propõe soluções práticas para este problema ao afirmar que é papel da iniciativa privada em parceria com o poder público:

Elevar a escolaridade e a qualificação profissional, ao invés de usar isto como desculpa para não-contratação dos deficientes, inclusive o Surdo, é papel da sociedade como um todo, incluindo principalmente empresas e governantes. (VIANA, 2010, p. 155)

Dois tipos de problemas ainda são revelados por Viana (2010), o primeiro é a baixo índice de vagas disponíveis e o segundo é que existe um problema sistêmico, onde o Surdo é visto como mão de obra apenas para trabalhos considerados simples, ao afirmar que:

Assim, em alguns casos, o número de deficiente, inclusive o Surdo contratado ainda está aquém do percentual que a lei prevê. Além disso, por outro lado, muitos que estão

empregados tem-se ocupado apenas em funções de natureza simples e que não exigem uma formação profissional específica (VIANA, 2010, p. 155)

2.3.5 Respeito à diferença do Surdo pelas empresas contratantes e conhecimento de sua capacidade produtiva

De acordo com Viana (2010, p. 130), existe falta de incentivo da iniciativa privada e também na esfera pública ao afirmar que não há preparo suficiente por parte das empresas no processo de inclusão do Surdo no mercado de trabalho formal:

Um fato importante a ser considerado é a falta de incentivo governamental, tanto na qualificação, como na inserção do Surdo no mercado de trabalho. Essa lacuna influencia a contratação deste tipo de deficiente pelas empresas. Essa realidade impulsiona o surgimento de um hiato entre o candidato Surdo e o empregador, uma vez que se por um lado o Surdo não está preparado para o pleno exercício profissional, por outro as empresas, também, não estão preparadas para admiti-lo pela falta de conhecimento e informações sobre esta fatia da população.

No que faz referência a soluções propostas, Viana (2010, p 157) destaca uma série de mudanças que, segundo ele deveriam ocorrer na organização para garantir a inclusão e o real desenvolvimento profissional do trabalhador Surdo.

Assim entende-se que para que a inserção do Surdo no trabalho aconteça plenamente, o caminho a ser percorrido necessita de mudanças de paradigmas. Isto porque as empresas precisam desenvolver ações que visem a adaptação e/ou modificações do seu ambiente físico, funcional, social e atitudinal. Por fim, a admissão de pessoas com deficiência, entre elas as pessoas surdas, não implica apenas cumprir o que uma lei determina, mas requer várias mudanças, entre elas, as atitudes das pessoas que irão empregá-las e, também, daqueles que farão parte do seu convívio no ambiente de trabalho. (VIANA, 2010, p. 157)

Ainda sobre o que corresponde a adaptações e mudanças na empresa para receber o trabalhador Surdo, Viana (2010) aponta como necessário, alterações na estrutura da empresa, como afirma Mendes (2004) na citação a seguir:

Assim, infere-se que para colocar em prática a gestão da diversidade, as organizações devem, antes de qualquer coisa, preparar o espaço organizacional para a mudança, o que demanda eventuais alterações na estrutura da empresa (padrões, normas ou procedimentos que possam representar barreiras), comunicação abrangente e contínua dos objetivos quanto à diversidade e treinamento das pessoas que atuarão em funções de liderança no andamento das mudanças. Realizadas estas práticas, torna-se fundamental o acompanhamento da dinâmica e dos resultados do processo.

2.3.6 Infernalidade excludente: Estrangeiro no próprio país

Partindo da premissa que a língua nativa dos Surdos no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais –

LIBRAS, Viana (2010) coloca o Surdo brasileiro, nascido e residente no Brasil na condição de “estrangeiro”, ao afirmar que:

[...] a surdez representa, portanto, uma ausência no sujeito, da capacidade de captar sons e expressar-se por meio dos signos constituídos pelos vocábulos oralizados. Todavia, entender a surdez somente por esse viés, é ignorar um valioso sistema de signos outros que não são, necessariamente, os da fala. Trata-se da Língua de Sinais que, no Brasil, é legitimamente representada pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Além disso, ignora estudos mais recentes que entendem a surdez como um fenômeno ético, não essencialmente uma deficiência física; antes de tudo um conjunto de atitudes e uma maneira de se comportar. (VIANA, 2010, p. 121)

No tocante as organizações e as barreiras de comunicação, Viana (2010, p. 125) através da expressão “mãos amarradas” revela a falta de interação do Surdo ao ingressar no ambiente organizacional:

Dessa forma, para muitas empresas a comunicação com a pessoa surda é um fator limitante da sua entrada e permanência no ambiente corporativo. Nesse entendimento, o Surdo se vê de “mãos amarradas” com poucas possibilidades de interação dentro do ambiente produtivo.

De acordo com Viana (2010) existe uma “infernabilidade excludente”, e esse termo criado por ele, ganha força na citação Sasaki (1997) ao se referir aos desafios da inclusão e a sociedade preconceituosa, quando afirma que:

Os desafios para uma inclusão são complexos, exigem repensar e rever criticamente as práticas preconceituosas quanto às diferenças, valores éticos e humanos, e, sobretudo o reconhecimento do direito de todas as pessoas de pertencer e de ser respeitado em sua diversidade. Indiscutivelmente, durante muito tempo esse direito foi negado àqueles que se situam à margem dos padrões da normalidade impostos por uma maioria

No ambiente organizacional, apoiando no pensamento de Viana (2010, p. 37) que transmite a ideia de quase todas as formas de exclusão, preconceito e discriminação contra Pessoas com Deficiência foram construídas ao longo da história, considerando que tais pessoas são inúteis e sem nenhum valor para o mercado de trabalho. Quanto a essa temática, Viana (2010, p.50) também afirma que:

Nessa perspectiva, a sociedade define que o lugar do deficiente é a deficiência, e a diferença. Dessa forma, a ilusória consciência criada pela sociedade em relação ao deficiente o classifica por uma absoluta diferença, intimamente ligada ao preconceito e à discriminação. Há então a negação da igualdade, ocasionada pela rotulação do deficiente com a marca da falta absoluta, a partir de uma concepção definida pela diferença insuperável.

Tendo em vista esse referencial teórico, motivou-se a construção dessa pesquisa e desenvolvimento de entrevistas, destacados a seguir.

3. METODOLOGIA

Para o presente artigo, a metodologia de pesquisa escolhida foi a descritiva qualitativa, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o tema desenvolvido para geração de dados, e foi escolhida, com a finalidade de identificar a necessidade, de entender a percepção dos entrevistados diante da temática desenvolvida. A metodologia adotada não teve como perspectiva a generalização dos resultados obtidos de uma amostra reduzida, mas sim, a descrição, a compreensão e a interpretação dos fenômenos observados nas entrevistas realizadas com os Surdos.

A pesquisa foi realizada na cidade de São Paulo, entre os meses de outubro e novembro de 2017. A escolha da amostra se deu de forma aleatória, tendo como público alvo, Surdos que possuem vínculo formal de trabalho, onde três Surdos foram entrevistados e através de suas experiências e percepções os dados foram coletados. Outro requisito considerado foi o grau de escolaridade, focando pessoas que já haviam concluído o Ensino Médio e Ensino Superior, possibilitando assim, informações mais precisas, obtendo maior enriquecimento de detalhes. As escolhas destes requisitos foram intencionais e devem-se ao fato do público alvo possuírem características necessárias para a abordagem pretendida. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas em profundidade semiestruturadas, apresentadas sob forma de roteiro preliminar de perguntas, que se adaptou à situação concreta dos entrevistados. Para realização das entrevistas, foi necessário o auxílio de uma interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Como modelo de análise para construção do roteiro de entrevista, foi utilizado o artigo de Viana (2010), apresentado na seção 2.3, utilizando o método de análise categorial. (BARDIN 1977, p. 119).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2017 e foram aplicadas à três Surdos na cidade de São Paulo. A tabela a seguir, apresenta de forma sintética o perfil dos Surdos entrevistados.

Entrevistado	Sexo	Idade	Tempo de atuação	Área de atuação	Formação
E1	Feminino	28 anos	2 anos e 2 meses	Recursos Humanos	Superior em RH
E2	Masculino	39 anos	1 ano e 2 meses	Restaurante	Técnico em Logística
E3	Masculino	26 anos	1 ano e 3 meses	Recursos Humanos	Ensino Médio

Fonte: Elaborada pelo autor

4.2 PERCEPÇÕES DOS SURDOS SOBRE A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As entrevistas foram categorizadas e desenvolvidas em cinco tópicos principais, onde foram extraídos os dados para análise: O apoio familiar; O preconceito, discriminação e desigualdade nas organizações; O preparo das empresas para receber os Surdos; A qualificação dos Surdos; A Lei de Cotas e sua efetividade.

4.2.1 Apoio Familiar

A Entrevistada 1 disse que embora tivessem dificuldades na comunicação, seus pais sempre à incentivaram, mesmo sem saber a Língua de Sinais, e que sempre à motivaram a crescer profissionalmente e estudar, também relatou que eles não interferiram na escolha do curso superior, deixando ao critério dela qual curso escolher, e que deram total apoio, até com parte do valor financeiro, e isso se mostra evidente quando destaca que: “A escolha do curso foi minha, eu quis fazer o curso de Recursos Humanos, minha família ajudou um pouco, mas eu que trabalhei e paguei a maior parte do valor referente às mensalidades da faculdade”.

Já o Entrevistado 2, também afirma que a família o apoia, e ressalta a importância do apoio da família para o Surdo e destaca ainda que sua família foi fundamental, sempre o aconselhando e incentivando a conquistar sua independência financeira. Com o Entrevistado 3, não foi diferente, pois o mesmo alega que a família sempre apoiou, porém, ele destaca que devido a comunicação com seus pais ocorrer de forma restrita, e por ser dessa forma, teve dificuldades no início de sua carreira, e hoje por ele ter desenvolvido a oralização através de auxílio de fonoaudiólogo, conseguem desenvolver uma comunicação satisfatória.

Os relatos dos três entrevistados, indicam que quando a família Ouvinte oferece apoio e suporte ao Surdo, as chances são maiores do Surdo se desenvolver profissionalmente, ter uma boa formação e conquistar sua independência financeira, porém a família tem que entender sua importância de oferecer incentivo e motivar o Surdo a se capacitar e desenvolver suas aptidões, ao contrário do relato de Viana (2010, p. 55), onde afirma que o nascimento de um Surdo numa família de Ouvintes é considerado desagradável e doloroso.

4.2.2 Preconceito, discriminação e desigualdade nas organizações

Infelizmente, o preconceito está presente em diversos seguimento da sociedade em diversas formas e evidenciados por meio de atitudes excludentes e discriminatórias, onde há diferenças entre padrões estabelecidos pelo grupo societário, e isso torna o processo de inclusão como um desafio complexo, na medida que esta situação fica evidente nas falas dos entrevistados, onde todos que participaram dessa pesquisa alegaram diretamente ou indiretamente terem

passado por situações preconceituosas ou discriminatórias em seu ambiente de trabalho, onde a Entrevistada 1 relata que:

No meu trabalho, diversas pessoas se afastam de mim, por eu ser Surda, parece que a pessoa tem medo de conversar comigo, ou não gosta de conversar, me sinto mal, mas fico quieta, sei que preciso ter força para superar esta situação, choro um pouco, sempre aparece alguém que me apoia e me aconselha, então percebo que não posso deixar me abater por isso e me sentir dessa forma, embora a pessoa tenha preconceito, tenho que tentar me incluir, mesmo que seja difícil socializar.

Através desse relato da Entrevistada 1 e respostas dos demais entrevistados, é possível afirmar que o preconceito enfrentado atualmente por eles, tem base no reflexo histórico apontado por Viana (2010, p.37) e de acordo com as percepções diante de atitudes discriminatórias enfrentados por eles, reforçam o termo de Viana (2010) ao dizer que existe uma “Infernalidade Excludente” em nossa sociedade.

Nos processos de contratação do Surdo pelas empresas, há relatos de discriminação e tratamento desigual, que na maioria das vezes ocorre por duas premissas: A primeira compreende devido a empresa não ter conhecimento referente a Cultura Surda e a segunda pela empresa não estar adaptada em sua cultura organizacional para receber o trabalhador Surdo. E isso fica evidente nas declarações dos entrevistados, quando perguntados sobre o processo de contratação do Surdo pelas organizações. A Entrevistada 1 relata suas percepções sobre os procedimentos do setor de Recrutamento e Seleção ao entrevistar um candidato Surdo:

No geral, o Surdo vai fazer a entrevista e o profissional de RH não sabe LIBRAS e isso é muito ruim, e a comunicação é tão ruim que tem que escrever no papel, ainda em português que não é a língua oficial do Surdo, porém, o Surdo tenta entender e ser entendido, e numa entrevista de emprego é difícil, porém depende muito do grau de conhecimento de cada um.

Já o Entrevistado 2, identifica outras dificuldades para o Surdo ao relatar que: “Existem algumas dificuldades no processo de recrutamento e seleção, onde já perdi várias oportunidades de trabalhos, devido à empresa, mesmo sabendo que sou Surdo, entrar em contato por telefone e eu não conseguir atender”.

A discriminação também acontece no aspecto salarial, onde para a Entrevistada 1, o Surdo é esquecido ao afirmar que:

Diante da empresa, todos somos iguais, estando no mesmo grau de hierarquia, no primeiro ano na empresa o salário era igualitário entre todas em minha função, porém ao longo do tempo nunca recebi aumento ao contrário dos outros. Todos com salários maiores e eu com o mesmo salário desde de que fui admitida parecendo que estou escondida, ao observar essa situação, questionei o RH e percebi que a empresa havia esquecido de atualizar meu salário equiparando aos demais da minha função, e que eu também tinha direito ao

aumento em meu salário, fiquei muito chateada porque isso aconteceu comigo, só por ser Surda, mas agora que mudei de trabalho isso não ocorre e tenho todas as atualizações salariais acertadas.

Viana (2010, p.65) afirma que a finalidade das leis que amparam as Pessoas com Deficiência, é de garantir que atos preconceituosos e discriminatórios sejam extintos em meio a sociedade e tais atos sejam caracterizados como crime, porém a realidade evidenciada por meio de relatos nesta pesquisa, mostram que atitudes desse tipo são comuns no âmbito organizacional, e isso passa despercebido por aqueles que são amparados pela lei, onde não conhecem seus direitos diante de situações que caracterizam a discriminação e preconceito.

4.2.3 O preparo das empresas para receberem os Surdos

De acordo com os entrevistados nesta pesquisa, as organizações não estão preparadas para receberem os Surdos, como demonstra a fala do Entrevistado 2 ao declarar que: “As pessoas que se relacionam com o Surdo nas empresas, deveriam entender um pouco da Cultura Surda, porém isso é muito difícil de acontecer, e pelo fato de não conhecerem a cultura notamos essa desigualdade cultural”. Para a Entrevistada 1, existe uma falsa ideia de inclusão pela sociedade, na qual o que a maioria conhece como inclusão, na verdade, é somente para a empresa lucrar, ganhar espaço na mídia, divulgar que a empresa incentiva a inclusão e que tem responsabilidade social, mas na prática isso não é verdade, pois raras são as ações com iniciativas para o Surdo se desenvolver profissionalmente, interagir e trocar conhecimento e desenvolver um plano de carreira, e como consequência disso a Entrevistada 1, reforça isso em sua declaração: “Me sinto muito mal com isso, pois sei que o Surdo é capaz de crescer e se desenvolver, mas falta a empresas dar esse incentivo para o Surdo crescer e equiparar profissionalmente ao Ouvinte”. Ainda para a entrevistada 1, no geral as empresas pensam que o Surdo só causa problemas ao necessitar de adaptações, quando de fato, o Surdo tem apenas bloqueio de comunicação, num panorama diferente do desejável apontado por Mendes (2004) no que se refere a política de gestão de diversidade.

A Entrevistada 1 ainda retifica que é necessário investir na capacitação e desenvolvimento do Surdo ao incluí-lo em treinamentos, cursos de capacitação e palestras oferecidas pelas empresas, fazendo assim que as informações decorrentes das organizações cheguem com clareza até o Surdo e para isso torna-se fundamental o auxílio de interpretes de Língua de Sinais, que hoje é escasso nas organizações. Ainda sobre o aspecto de adaptação, o Entrevistado 2 destaca que no geral, quando um Surdo é contratado e os demais funcionários percebem que chegou funcionário novo e notam que este é Surdo, ocorre um distanciamento e também diferença de tratamento para o Ouvinte, e segundo ele, isso acontece na maioria das vezes por faltar um profissional interprete para fazer a integração, apresentação e conseqüentemente a inclusão do Surdo na empresa. Embora, o Entrevistado 3 afirme que na empresa onde trabalhava, havia um bom clima organizacional e um bom convívio entre os trabalhadores da empresa, e também haviam outros Surdos além dele, que interagem entre si, a empresa não oferecia oportunidades para ele e os

demais Surdos, ao relatar que:

Eu sempre quis crescer e aprender, mas sempre continuava na mesma função, parece que o Surdo não pode crescer, pois eu fazia tudo que eles pediam, dava sempre o melhor de mim a cada dia, e quando opinava sobre algo que entendia que algo seria benéfico para a empresa e queria opinar ou propor algumas ideias, minha opinião nunca era aceita pelos líderes e por muitas vezes, meu trabalho e minhas ideias foram ignoradas

Diante das percepções evidenciadas por meio dos relatos dos entrevistados, compreende-se que no geral, as empresas não estão preparadas para receberem os Surdos, e esse pensamento também é compreendido por Viana (2010, p.157) quando afirma que é necessário a quebra de paradigmas e adaptações na estrutura da empresa e isso se mostra evidente quando são apresentadas limitações ao trabalhador Surdo presente nas declarações do entrevistados, no qual todos destacam a falta de conhecimento da Cultura Surda e seu contexto pela sociedade.

4.2.4 A qualificação dos Surdos

No que se refere a qualificação profissional, o entrevistado 2 revela que falta incentivo para que o Surdo se qualifique profissionalmente e que embora tenham poucos Surdos com formação superior, o Surdo tem vontade de crescer e adquirir conhecimento para ocupar melhores cargos e consequentemente melhores salários. Neste sentido que trata do Surdo almejar melhores cargos na organização, foi perguntado se os entrevistados conhecem algum Surdo que ocupe cargos de liderança e também, se diante das diferenças existentes entre Surdos e Ouvintes, qual é a complexidade de um Ouvinte se submeter ao um Surdo hierarquicamente. Todos responderam que não conhecem nenhum Surdo que ocupe cargo de liderança nas organizações e a Entrevistada 1 deixa isso claro, quando afirma que:

Eu não conheço nenhum Surdo com cargo de liderança, pois tem a barreira de comunicação, embora o Surdo tenha a capacidade de planejar e ocupar diversas funções tão bem quanto um Ouvinte, imaginamos que todos os funcionários numa empresa sabem LIBRAS, independente se Surdo ou Ouvinte, nesse caso teria facilidade de um Surdo ocupar determinado cargo de liderança, pois a comunicação não interferia em nada, mas fico triste porque no Brasil isso é muito difícil, Acredito que devido a cultura, seria muito difícil ter um Surdo como líder, pois não teria condições de ter um intérprete para Ouvintes que não sabem LIBRAS, isso não faz parte da cultura da maioria.

Esse relato condiz com o que afirma Viana (2010, p.118) ao dizer que o Surdo encontra grandes dificuldades para conquistar oportunidades com funções de maior grau de complexidade, e ainda neste cenário, o Entrevistado 2 revela que:

Numa experiência anterior, fiquei três anos numa empresa com o mesmo

salário e depois acabei sendo dispensado, tinha acabado de me especializar no curso Técnico em Logística, mas mesmo assim fui demitido. Como por ser Surdo, não estava incluso no programa de treinamento e desenvolvimento da empresa, compreendi que neste tempo não adquiri conhecimento necessário e conseqüentemente não recebi aumento salarial, por mais que eu reclamasse que tinha vontade de aprender e me desenvolver profissionalmente, nunca me deram essa oportunidade.

A percepção do Surdo em que faltam incentivos e investimento por parte do governo e das empresas é compartilhada por Viana (2010, p 155) onde diz que o papel das organizações não consiste em apenas acrescentar a Pessoa com Deficiência, na empresa e sim incluí-lo, oferecendo suporte necessário para seu desenvolvimento. Já no que diz respeito a medidas do governo, o acesso à educação hoje é considerado restrito, onde os entrevistados estão de acordo com Viana (2010, p.80) ao notarem a falta de acesso à educação inclusiva de qualidade, onde fica evidente no relato do Entrevistado 2 ao afirmar que “Existem poucos Surdos que possuem o Ensino Superior em seu currículo”.

4.2.5 A Lei de Cotas e sua efetividade

A entrevistada 1, faz uma reflexão sobre a efetividade da Lei de Cotas no Brasil, ao declarar que:

Se a empresa não cumprir a lei de cotas, obrigatoriamente terá que pagar multa e a empresa por muitas vezes está preocupada com a multa e não com inclusão e desenvolvimento da Pessoa com Deficiência, quando ocorre a fiscalização, a empresa se preocupa em preencher a porcentagem necessária, independente se a pessoa está preparada ou não para a função, e isso ocorre somente para não pagar a multa. Em minha opinião essas condições são precárias, a parte de lei de cotas é importante, mas precisa melhorar muito, pois pergunto: Qual é o objetivo dessa lei? É o deficiente crescer? É o deficiente aprender? Precisa ter investimento para ele crescer, e numa empresa o desenvolvimento da pessoa com deficiência deveria ser fiscalizado também, mensurando o quanto ele desenvolveu, o quanto ele aprendeu e se houve oportunidade de crescimento desde que entrou na empresa. Sempre fiquei preocupada com meu nível de desenvolvimento na empresa, questionando meu superior sobre meu rendimento na empresa, esperando para receber um *feedback*, mas quando pergunto, sempre dizem que está tudo bem e que não há problemas e isso desanima bastante, pois me especializei porque quero me desenvolver, e se a lei garantisse a contratação de um intérprete acredito que essa situação seria muito diferente.

Ao serem questionados se as porcentagens de vagas oferecidas pelas empresas atendem bem a população de Surdos, mediante a Lei de Cotas, o Entrevistado 3 afirma que: “Devido a barreira de comunicação, e as pessoas não saberem LIBRAS e não conhecerem a Cultura Surda, as empresas não gostam de contratar Surdos, e com isso vemos muitos Surdos que estão desempregados”. O Entrevistado 2 ainda afirma que: “Deveria ter vagas de emprego em escala proporcional para

Surdos e Ouvintes”. Já a Entrevistada 1 ainda lembra que as porcentagens de vagas disponibilizadas são para todas as categorias de Pessoas com Deficiência.

Os entrevistados concordam que a Lei de Cotas tem sua importância, mas absolutamente concordam que a Lei não garante a inclusão do Surdo no mercado de trabalho, onde segundo os entrevistados, a composição desta Lei apresenta grandes falhas, e essas falhas apontadas pelos entrevistados, são chamadas de ineficácia da lei por Viana (2010, p.165) no sentido de a lei tentar conciliar fatores de justiça no que diz respeito a combater o preconceito, desigualdade e discriminação e fatores econômicos diante da oferta de trabalho pelas organizações. Já para os Surdos essa lei tem papel somente de acrescentar o trabalhador com deficiência, e assim contribuir para inclusão, mas não apresenta em sua composição garantias de inclusão diante do mercado de trabalho como também afirma Sasaki (1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo de contribuir para que a sociedade compreenda a importância de uma convivência relacional, no que se refere a diversidade cultural entre Surdos e Ouvintes, este artigo apresenta as percepções do Surdo de sua própria inclusão no mercado de trabalho formal, onde tais percepções coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, foram confrontadas com o pensamento de autores que são considerados referências sobre o tema proposto.

Diante dessas percepções, e a apresentação dos dados coletados, destacou-se a importância do acolhimento, incentivo e apoio da família para que o Surdo tenha acesso a educação, adquira conhecimento, desenvolva suas aptidões e talentos e conseqüentemente, se qualifiquem para um mercado de trabalho competitivo. Porém antes disso, é necessário que a família aprenda sobre a Cultura Surda e se conscientizem sobre a necessidade de aprender a Língua Brasileira de Sinais para estabelecer sua comunicação com o ente Surdo, livre de preconceitos e atitudes discriminatórias que são enfrentadas pelo Surdo e impostas pela sociedade, que se tornam grandes obstáculos ao processo de inclusão. O embasamento do referencial teórico sobre a ocorrência de tais atos discriminatórios, também nas organizações é confirmado pelos entrevistados desta pesquisa.

Observa-se a ineficiência do poder público, através das leis e políticas sociais, e de igual modo a falta de investimento da iniciativa privada para que a inclusão do Surdo ocorra, pois tais entidades, passam uma falsa ideia do real sentido do que é de fato a inclusão, onde os entrevistados afirmam que as leis existentes hoje, e que deveriam dar suporte legal ao trabalhador Surdo, são insuficientes e ineficazes, pois tais leis podem até garantir a recolocação da Pessoa com Deficiência onde o Surdo é categorizado, mas não garantem que a inclusão ocorra, onde seria necessária uma série de mudanças, e adaptações na estrutura das empresas contratantes, como por exemplo a contratação de interprete de Língua de Sinais nas empresas. Identifica-se ainda, que através de resolução compreendida pelo TST que desobriga o pagamento da multa pela empresa estabelecida em Lei, caso a empresa não encontre Pessoas com Deficiência qualificadas para a

vaga, o que reforça a situação do Surdo ter que se conformar com subempregos, ou empregos com baixo nível hierárquico.

Como resposta do problema de pesquisa, compreende-se que as percepções do Surdo, sobre sua própria inclusão no mercado de trabalho formal, são de que embora tenham sido criadas leis que amparam a Pessoa com Deficiência, e que houve um desenvolvimento histórico sobre a condição dos Surdos, ainda assim, percebe-se a falta de conscientização das organizações, bem como a sociedade em que está inserida, sobre a importância da inclusão social e o que ela representa, em que podem até concordar que o Surdo tem sua própria cultura, mas por desinteresse social, desconhecem ou não sabem o que significa.

Neste cenário, torna-se necessária a conscientização da sociedade para entender a importância de estabelecer uma sociedade inclusiva, através de quebra de paradigmas e tabus, onde qualquer tipo de preconceito e discriminação devem ser banidos e as leis garantam o cumprimento de ações que conduza o Surdo a ter as mesmas oportunidades que um Ouvinte, e por fim, as políticas sociais funcionem de fato para garantir o tratamento igualitário entre Surdos e Ouvintes. Como implicações acadêmicas, observa-se a necessidade de desenvolver temáticas, discussões, palestras e estudos de caso sobre o assunto, no sentido de ampliar o conhecimento dos alunos do curso de administração sobre o processo de inclusão, além de estimular o surgimento de pesquisas na área. Já como implicações gerenciais constata-se a necessidade de melhorias, no processo de contratação do Surdo, no que se refere à capacitação e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais pelos profissionais da área de Gestão de Pessoas, onde seria de fundamental importância o trabalho de psicólogos organizacionais no sentido de diminuir o impacto cultural e desenvolver a integração do Surdo com a empresa e assim orientar e incluir o Surdo em entrevistas, treinamentos, e cursos de capacitação.

Para estudos futuros, no seguimento desse presente artigo, sugere-se temas relevantes como: O processo de contratação dos Surdos pelas Organizações; O desenvolvimento dos trabalhadores Surdos nas empresas; e por fim, As empresas e o cumprimento das leis que amparam as Pessoas com Deficiência. Esses temas possuem alta relevância, oferecendo também, grande amplitude no que se refere à abordagens práticas sobre a inclusão e a área de Gestão de Pessoas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Cristina Abranches Mota et al. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

BATISTA, Cristina Abranches Mota et al. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

BRASIL, LEI N. 8.213/91. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 30 nov. 2017

BRASIL, Quase 80 mil pessoas com deficiência auditiva têm carteira assinada no Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/09/quase-80-mil-pessoas-com-deficiencia-auditiva-tem-carteira-assinada-no-brasil>> Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL, Apesar de avanços, surdos ainda enfrentam barreiras de acessibilidade. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade>> Acesso em: 30 nov. 2017.

DAMASIO, M.F. **Educação escolar de pessoas com surdez: Uma proposta Inclusiva**. Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

GURGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis – SC: Obra Jurídica, 2007.

MENDES, Rodrigo Hübner. **Desmistificando os impactos da diversidade no desempenho das organizações**. Anais III Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, Atibaia, 2004.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para Portadores de Deficiência**: São Paulo: LTr, 2000.

SASSAKI, RK. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Editora da UFSC, 2. Ed. Rev. Florianópolis, 2009.

TST, Informativo TST Nº 136. <http://www.tst.jus.br/documents/10157/83b39bed-5227-4c9c-aa57-3c40c9c4dc3d>> Acesso em 30. nov. 2017

VIANA, Alvanei dos Santos. **A inserção dos Surdos no mercado de trabalho: Políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas**; Rio de Janeiro, Tese de Mestrado, 2010.

Leandro Oliveira de Menezes

4menezes@gmail.com

Especialista em Administração e Qualidade, Docência para o Ensino Superior e Docência para Educação a Distância. É graduado em Administração e História. Atua como professor do ensino superior e educação básica.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

APRENDIZAGEM ATIVA E COLABORATIVA: UM RELATO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA GLOSSÁRIO DO MOODLE NO ENSINO SUPERIOR

RESUMO

O presente texto é um breve relato de experiência de uma atividade avaliativa realizada na Faculdade Adventista da Bahia, na turma de administração, 8º semestre, no semestre 2017.2, na disciplina Relações Globais. A atividade utilizou como recurso a ferramenta Glossário, do *moodle*, de modo a fomentar a produção colaborativa entre os estudantes. O objetivo deste relato é apresentar os procedimentos adotados para organização e execução da atividade, além de apresentar os resultados obtidos, de modo a contribuir com outros docentes que utilizam o *moodle*. Este texto indica aos colegas docentes que propor novos modelos de atividades avaliativas pode contribuir para novos olhares sobre a disciplina, e que, se por um lado, alguns dos objetivos não foram alcançados, por outro valeu a pena realiza-la tendo em vista que para os estudantes que participaram ativamente os ganhos na área da aprendizagem foram significativos.

Palavras-chave:

Moodle. Glossário. Atividade Colaborativa. Ambiente Virtual de Aprendizagem.

MENEZES, Leandro Oliveira de. **Aprendizagem ativa e colaborativa**: um relato sobre a utilização da ferramenta glossário do moodle no ensino superior. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 69 - 73, abr. 2019.

1. INTRODUÇÃO

A utilização de ambientes virtuais de aprendizagens (AVA) tornou-se algo comum mesmo em cursos presenciais. Isso é parte de um processo denominado *blended learning*, ou aprendizagem misturada, como muitos autores tem defendido (MORAN, 2015; TORI, 2010). Defendemos que num futuro próximo a *blended learning* será uma realidade cada vez mais utilizada, em que ambientes e atividades presenciais e a distância coexistirão em um mesmo curso. O imbricamento dessas modalidades proporcionará a superação das limitações presentes em cada uma delas, e que, num curto período, não haverá mais a distinção entre o ensino presencial e o a distância (TORI, 2010).

Nesse sentido, decidi promover, na Faculdade Adventista da Bahia, em uma turma do 8º período do curso de administração, com 45 alunos matriculados, na disciplina Relações Globais, uma atividade avaliativa colaborativa. Para esta atividade utilizou-se o recurso Glossário, que é uma ferramenta do AVA, desenvolvido sob a plataforma moodle. Esta experiência ocorreu no semestre 2017.2, entre os dias 10/08/2017 a 30/11/2017.

O objetivo desta atividade avaliativa era principalmente avaliar os estudantes a partir de uma metodologia colaborativa. Assim como facilitar a assimilação de conceitos; incentivar o estudo autônomo; estimular o aprendizado via colaboração; ampliar a utilização do AVA; estimular a produção textual.

Nesse sentido, este relato de experiência vem apresentar os procedimentos adotados para organização e execução da atividade, além de apresentar os resultados obtidos, de modo a contribuir com outros docentes que utilizam o moodle.

2. ATIVIDADE AVALIATIVA COLABORATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA A FERRAMENTA GLOSSÁRIO DO MOODLE

De posse do Plano da Disciplina “Relações Globais”, do calendário acadêmico para o semestre 2017.2, passei a criar um cronograma de trabalho para o semestre, articulando conteúdos e metodologias de modo a possibilitar momentos de aprendizagem diversos e estimulantes. Durante a reflexão sobre quais seriam as metodologias que seriam utilizadas, lembrei do recurso Glossário, do *moodle*. Este recurso é uma ferramenta que possibilita, aos que tem acesso a ela, inserir verbetes, como um dicionário/enciclopédia digital.

Dediquei-me então à criação, no AVA, do Glossário. Nas configurações, habilitei as datas de liberação e de encerramento da atividade, e na descrição do recurso, inseri a seguinte instrução:

Este **glossário colaborativo** ficará aberto até o dia 26/10. Esta é uma ferramenta onde vocês poderão/deverão inserir verbetes (palavras) e seus conceitos. Os verbetes devem fazer parte dos temas estudados, e devem vir acompanhados da indicação de fonte. Faremos uma atividade avaliativa com ele ao final do semestre. Uma dica: quanto mais palavras, melhor (ELABORAÇÃO PRÓPRIA, 2017).

O objetivo desta instrução além de explicar a atividade era de criar uma sensação de incerteza sobre como ocorreria a avaliação ao final, e isto de algum modo motivá-los à participação ativa. No dia 10 de agosto, liberei a visualização do glossário no AVA, e apresentei a atividade em sala, explicando o recurso, o prazo e os objetivos. Intencionalmente não informei como seria a segunda parte dela, apenas adiantei que o glossário serviria para uma atividade avaliativa. Os estudantes saíram da aula sabendo que qualquer um deles poderia inserir um ou mais verbetes (termo, conceito e fonte), que seria possível utilizar como referência para os verbetes quaisquer fontes, desde que sinalizadas, que um mesmo verbete só poderia aparecer mais de uma vez desde que fossem conceitos diferentes, e que poderiam trazer suas dúvidas para discutirmos na sala.

A partir desse momento o meu papel em sala foi o de continuar as aulas e as metodologias escolhidas, apresentando textos de referência da disciplina e outros complementares caso quisessem aprofundar os estudos. Às vezes fazia algum tipo de indicação sobre um conceito importante para o glossário. Dediquei-me também ao acompanhamento virtual dos verbetes incluídos e problematização presencial sobre eles, quando começaram a surgir.

Aproximando-se do período de encerramento da atividade sinalizei sobre a importância de outros verbetes serem incluídos pois julgava que ainda haviam poucos. Encerrado o prazo expliquei à turma sobre a segunda parte da atividade, a partir do arquivo **instruções para atividade com o glossário**, que àquela altura já havia sido postado no moodle. Neste arquivo, inseri instruções quanto:

a) a explicação da atividade avaliativa –

Escolher apenas 10 verbetes;

Escolher um tema dentro das relações globais e escrever um texto de no máximo 1 lauda;

Os 10 verbetes devem fazer parte dele, entretanto não poderá ser utilizado o conceito, ou a explicação do mesmo. Por exemplo, ao usar a palavra NEOLIBERALISMO, não pode explicar o que ela significa apenas inseri-la em um contexto que faça sentido;

O texto não tem caráter de trabalho científico, aproximando-se mais dos textos jornalísticos, portanto não precisa de citação, entretanto não é permitido o plágio. É um texto com sua visão sobre o tema. Após ler algumas coisas, você possui uma compressão sobre ele. É uma escrita livre sobre o tema;

Será avaliado a coerência do texto e da utilização das palavras (Elaboração Própria, 2017).

b) ao número de componentes por grupo: Estabeleci que a atividade avaliativa poderia ser realizada em dupla ou trio;

c) ao prazo em que esta etapa ficaria disponível: Estabeleci também a data de 30/11, como sendo o prazo limite para postagem da atividade.

Ao seguir estes passos, os estudantes já haviam notado o nível de planejamento por trás da atividade, e passaram a participar com mais afinco, tirando dúvidas, identificando equívocos ou controvérsias em alguns verbetes inseridos pelos colegas.

Criei no moodle um recurso auxiliar, o de “entrega de atividade”, que denominei “**texto glossário**”. Nas configurações habilitei a data limite até o dia 30 de novembro. Aos poucos fui recebendo notificações via e-mail de grupos postando suas atividades, mas a maioria deixou para postar nos dois últimos dias.

Tendo encerrado o prazo estabelecido, comecei a corrigir os textos chegando aos seguintes resultados: O glossário foi finalizado com aproximadamente 60 verbetes; a participação no glossário, ou seja, a inclusão de verbetes foi feita por apenas 16 estudantes (aproximadamente 36% dos estudantes matriculados); os estudantes que incluíram verbetes no glossário, passaram a participar mais das aulas, demonstrando mais atenção e mais organização com seu material; foram enviados para avaliação 31 textos (contemplando 100% dos estudantes matriculados); os textos apresentaram um bom nível de apropriação dos verbetes. Apenas dois textos (duas equipes) não compreenderam a segunda parte da atividade corretamente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade avaliativa colaborativa com o glossário alcançou em parte seus objetivos iniciais. Apesar de ter sido possível avaliar os estudantes a partir de uma metodologia colaborativa, não houve uma participação massiva na primeira parte da atividade que era a alimentação do glossário. Esta primeira parte possibilitaria, caso a maioria tivesse realizado, a ampliação da sala de aula no espaço e no tempo, pois estudo autônomo aconteceria naturalmente.

Os estudantes demonstraram, de modo geral, pouca autonomia de estudos, e baixo índice de acesso ao ambiente virtual. Contudo, para os estudantes que participaram ativamente do glossário, ficou evidente o quanto se apropriaram dos conceitos, alcançando elevados níveis produção textual, dentro do que foi estabelecido. A participação deles em sala, e fora dela, mudou consideravelmente. Avalio que a própria relação dos mesmos com a disciplina foi alterada para melhor.

Nesse sentido, este pequeno relato indica aos colegas docentes que propor novos modelos de atividades avaliativas pode contribuir para novos olhares sobre a disciplina, e que, se por um lado, alguns dos objetivos não foram alcançados, por outro valeu a pena realiza-la tendo em vista que para os estudantes que participaram ativamente os ganhos na área da aprendizagem foram significativos.

REFERÊNCIAS

MORÁN, J. **Mudanças na Educação**: Mudando a educação com metodologias ativas. São Paulo, v II, 2015.

TORI, R. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: SENAC, 2010.

Cintya de Abreu Vieira

cintyadeabreusantana@gmail.com

Possui graduação em Psicologia pela Universidad Adventista Del Plata(2013) e ensino-médio-segundo-graupelo Centro de Ensino Médio Stela dos Cherubins Guimarães Tróis(2012).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2019
Especial

A TRANSFERÊNCIA: UMA VIAGEM RUMO AO CONTINENTE NEGRO

MAURANO, Denise - **A transferência: uma Viagem Rumo Continente Negro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Denise Maurano é natural do Rio de Janeiro, tem o título de doutorado em filosofia pela Universidade de Paris XXI e PUC/RJ e tem pós-doutorado em letras pela mesma instituição. Autora outras obras como: Circulação Psicanalítica, Face oculta do amor, Para que serve a Psicanálise? Entre outras obras.

A obra em questão trata do conceito da transferência como sendo um fator central na teoria psicanalítica. A autora aborda desde a origem da psicanálise e como o conceito de transferência surgiu, como se desenvolveu na teoria de Freud e na teoria de Lacan e sua relação com o amor e o desejo. A autora aborda em seguida os impasses da contratransferência e o desejo do analista, pontua o amor que interessa ao analista, a transferência e o encontro com o feminino, a transferência e o discurso do analista e por fim situa o leitor sobre a transferência e a regulamentação da psicanálise. Denise Maurano define que a psicanálise é contemporânea porque o “mau de amor” perpassa a nossa vida na atualidade. E a transferência tem a ver com a demanda de amor.

Sobre a origem da transferência a autora faz menção ao trabalho de Breuer com o conhecido caso de Ana O., que dá informações para Freud sobre a existência da transferência. Freud inicialmente se interessa pela hipnose como método de trabalho, mas percebe depois que a autoridade do médico diminui os sintomas que retornavam. Posteriormente, influenciado por Breuer modifica o método de hipnose para o método catártico. Percebe que apenas repetir não é suficiente e abandona esse método para criar o método psicanalítico. O caso de Ana O. conduzido por Breuer é interrompido por uma paixão que surge por parte da paciente e falta de

VIEIRA, Cintya de Abreu. **A transferência: uma viagem rumo ao continente negro.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 1, p. 74 - 76, abr. 2019.

capacidade dele de lidar com isso devido as exigências da sua esposa interrompe o tratamento. Freud percebe então o fenômeno espontâneo da transferência.

A autora define o conceito de transferência de acordo com Freud, que consiste na substituição do afeto por uma pessoa importante na vida do sujeito, pela pessoa do médico. O sujeito coloca sobre o analista certas posições correlativas àquelas nas quais se encontram as figuras primordiais para ele desde o início da sua vida. A transferência é objeto de tratamento e é decomposta em cada uma das suas manifestações. Freud usa da teoria da libido para explicar os mecanismos do tratamento psicanalítico e divide o tratamento em duas fases: a neurose de transferência e a sua decomposição que permite novos investimentos. Freud introduz a psicanálise a associação livre como regra fundamental. Denise pontua que é importante que o analista saiba em que lugar está sendo colocado pelo analisando, para estabelecer o manejo clínico.

A obra em questão enfatiza que na análise o analista é colocado no lugar de quem sabe. Lacan nomeia a quem é creditado o saber de “Grande Outro” e ele funciona como referência para a nossa organização subjetiva, que é tecida pelo nosso acesso a linguagem. Esse lugar de função de Sujeito de suposto Saber designado ao analista é o pivô para desenvolver a transferência segundo Lacan. O analista através da transferência trava o automatismo de repetição e permite o reencontro com o trauma. Na transferência há uma aposta que um saber dará conta da falta, do furo presente na relação sujeito ao outro. É um apelo ao ser que se configura como demanda de amor. E a autora pontua que o sujeito que interessa a psicanálise é o sujeito de desejo.

A transferência tem duas faces: facilitação e impedimento. E o desejo do analista é o que o habilita a manejar a transferência para colocá-la a serviço do trabalho analítico. Lacan diz que a resistência é sempre do analista, pois a do paciente é parte do processo. Freud define a transferência do analista como contratransferência. O desejo do analista faz evitar esse processo, o que é possível por ter levado sua análise pessoal o mais longe possível. O desejo do analista tem papel indispensável na análise se refere a função, livre dos entraves de sua subjetividade. Seria se descolar da figura de sujeito e se emprestar a função de objeto do amor do analisando.

O livro explicita que a transferência usa o amor como meio de transporte. É fundamental deixar o analisando na falta, mas devesse avaliar a forma de fazê-lo, mas é preciso que o próprio analista tenha experimentado essa falta para que suporte a falta do outro sem querer ser caridoso. Lacan define que “amar é dar o que não se têm”, além disso na análise é oferecer meios de operar com ela e produzir a partir dela. Sendo humanos cedo percebemos que há um furo em nós. O homem se sente homem por sua relação com o falo. Para mulher o furo é real.

Na obra aqui analisada Maurano indica que o saber analítico não é ensinável, mas transmissível pela experiência. A experiência da partilha da falta. O feminino não se coloca com o que se opõe ao masculino, um sexo opondo-se ao outro, mas como o que indica a existência de algo que está fora do sexo, fora da divisão sexual, o continente negro, tal como Freud o designou. O feminino ao qual me refiro, não está ocupado do sexual, mas do amor que é o que vem em suplência à impossibilidade da complementariedade da relação sujeito- objeto. Deve-se acolher as trevas, o continente negro, o feminino para melhor ter acesso a uma iluminação que oriente não tanto o pensamento, mas a existência. Nesta perspectiva saber e ser se confundem. O saber que aqui

interessa é saber do ato, um saber implicado num fazer que cria a vida, já que não há saber no outro que o garanta.

Denise, retoma a teoria de Lacan obre os quatro discursos diferentes: o discurso do mestre, do histérico, do universitário, do analista. O discurso do analista é o que interessa para o cumprimento do trabalho na transferência. Lacan aponta que entre o sujeito e o objeto que o interessa, há sempre os termos da linguagem, ou seja, o universo dos significantes. A análise desloca o sujeito da mera posição de vítima, objeto passivo do outro, para de sujeito ativo na produção do que o acontece.

Por fim, a autora enfatiza que não é possível regulamentar a psicanálise pois não é possível regulamentar o tratamento de alguém. A transmissão da psicanálise requer além do estudo e da supervisão passar por uma análise pessoal. A autora alerta sobre o reconhecimento da psicanálise verdadeira, apesar que não é possível classificar com exatidão, ela oferece alguns indícios como por exemplo o analista se abstém de dar conselhos e repostas para vida dos outros. A autora coloca que a interpretação analítica não oferece resposta, mas um enigma, não acomoda o alisando com uma resposta que lhe tenha sido dada.

A obra aqui analisada é relevante para o estudo da psicanálise. A autora escreve de forma compreensível e atrativa e ao mesmo tempo é um estudo profundo. Ela consegue em poucas páginas fazer uma linha histórica sobre o desenvolvimento do conceito de transferência na psicanálise desde seus primórdios até a contemporaneidade. E de forma objetiva e clara a autora consegue situar o leitor a respeito de uns dos autores primordiais da psicanálise pós-freudiana, Lacan e pontuar a importância da transferência em sua teoria clínica. Ao abordar a temática Denise Maurano suscita reflexões éticas a respeito da prática da psicanálise e seus desafios atuais e se posiciona a respeito. É uma obra que instiga, fascina e transmite um anseio de aprender mais e viver a experiência da psicanálise. Pois, com muita habilidade a autora consegue expressar a transferência como sendo algo humano em sua essência e a psicanálise como campo do estudo do sujeito de desejo, sujeito faltante que estabelece relações de amor - consequentemente porta esse "mau de amor" tão velho e tão atual como a própria humanidade.

As questões levantadas na obra a respeito da psicanálise também são investigadas por outros autores atuais como Jorge Forbes. Ele afirma que "Todo saber é incompleto e cabe a cada um se responsabilizar por completá-lo com a sua subjetividade." Logo, a transferência como viagem rumo ao continente negro possibilita essa responsabilização pelo saber e ser.